

Zimbra

000511240728@tre-ba.jus.br


---

**RES: URGENTE - PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS/DILIGÊNCIAS - PARA COMPROVAÇÃO DE EXEQUIBILIDADE DAS PROPOSTAS - PREGÃO Nº 35-2022**

---

**De :** Juliana LF Engenharia  
<juliana@lfengenharia.net.br>

ter., 02 de ago. de 2022 09:48

 2 anexos

**Assunto :** RES: URGENTE - PEDIDO DE  
ESCLARECIMENTOS/DILIGÊNCIAS - PARA  
COMPROVAÇÃO DE EXEQUIBILIDADE DAS  
PROPOSTAS - PREGÃO Nº 35-2022

**Para :** 000511240728@tre-ba.jus.br

**Cc :** contato@lfengenharia.net.br

Bom dia!

Conforme determinação, segue em anexo, tempestivamente, comprovação de Exequibilidade da Proposta de Preços da SANTOS & FREITAS ENGENHARIA, referente ao Pregão Eletrônico 35/2022.

Nos colocamos à disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,

**Juliana Moura**

(27)98817-3983 / (27)3361-5499

[juliana@lfengenharia.net.br](mailto:juliana@lfengenharia.net.br)



---

**De:** Lúcio Roberto de Oliveira [\[mailto:000511240728@tre-ba.jus.br\]](mailto:000511240728@tre-ba.jus.br)

**Enviada em:** segunda-feira, 1 de agosto de 2022 08:33

**Para:** Luciano LF Engenharia

**Assunto:** URGENTE - PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS/DILIGÊNCIAS - PARA COMPROVAÇÃO DE EXEQUIBILIDADE DAS PROPOSTAS - PREGÃO Nº 35-2022

---

**De:** "Lúcio Roberto de Oliveira" <[000511240728@tre-ba.jus.br](mailto:000511240728@tre-ba.jus.br)>

**Para:** "segnorte" <[segnorte@segnorteengenharia.com.br](mailto:segnorte@segnorteengenharia.com.br)>

**Cc:** "augusto" <[augusto@simoescntabil.com.br](mailto:augusto@simoescntabil.com.br)>

**Enviadas:** Sábado, 30 de julho de 2022 10:40:24

**Assunto:** URGENTE - PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS/DILIGÊNCIAS - PARA COMPROVAÇÃO DE EXEQUIBILIDADE DAS PROPOSTAS - PREGÃO Nº 35-2022

Senhores licitantes representantes das empresas:

WESLEM DIAS MACEDO FREITAS CNPJ: 11.552.539/0001-70

SANTOS & FREITAS ENGENHARIA LTDA

ASSUNTO: PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS - DILIGÊNCIAS - PARA COMPROVAÇÃO DE EXEQUIBILIDADE DAS PROPOSTAS OFERTADAS- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35-2022

OBJETO: Pregão Eletrônico, para contratação de serviço técnico profissional especializado em medicina e segurança do trabalho para realizar perícia nas unidades da Justiça Eleitoral no Estado da Bahia, bem como emitir Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT (em arquivo eletrônico), do qual constem os fatores de risco a que estejam expostos os servidores deste Regional.

Senhores licitantes, em cumprimento à Decisão da Diretoria-Geral deste Tribunal, e com fulcro nas condições 10.6. e 19.7. do edital, diante da expressiva discrepância de valores ofertados, em relação aos valores máximos aceitáveis pela Administração para os oito grupos ofertados no certame licitatório, procederemos à efetuação de diligências no escopo de que seja comprovada a exequibilidade das propostas pelas licitantes vencedoras do certame.

Por oportuno, senhores licitantes, segues excertos da Decisão da Diretoria-Geral deste Tribunal que motivou a solicitação de diligências:

"O presente processo foi encaminhado a esta Unidade Diretiva para avaliação da regularidade do procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, para contratação de serviço técnico profissional especializado em medicina e segurança do trabalho para realizar perícia nas unidades da Justiça Eleitoral no Estado da Bahia, bem como emitir Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT (em arquivo eletrônico), do qual constem os fatores de risco a que estejam expostos os servidores deste Regional, conforme especificações e condições estabelecidas no Edital n.º 35/2022 (documento n.º [2007891](#)).

Ocorre que, ao analisar o procedimento em questão, verifica-se a expressiva diferença entre estimativa de preços elaborada pela Administração, no valor total de R\$ 400.858,64 (quatrocentos mil oitocentos e cinquenta e oito reais e sessenta e quatro centavos), documento n.º [1927682](#), e o valor total adjudicado, conforme Relatório Resultado por Fornecedor, documento n.º [2023909](#),

perfazendo o valor total de R\$ 50.741,14 (cinquenta mil setecentos e quarenta e um reais e quatorze centavos).

Quanto à aceitabilidade da proposta, o edital n.º 35/2022 (documento n.º [2007891](#)), estabelece, nos tópicos 10.5 e 10.6:

**10.5.** Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

**10.6.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei n.º 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade."

Assim, em que pese o Pregoeiro ter confirmado junto às licitantes os valores ofertados para os lotes, conforme consta na fl. 822, da Ata, documento n.º [2024048](#), diante da expressiva discrepância de valores, sugerimos o retorno dos autos ao Núcleo de Pregoeiros – NUP, para diligenciar a comprovação da exequibilidade das propostas pelas licitantes vencedoras do certame, retornando em seguida para avaliação da regularidade do procedimento licitatório e demais atos".

Por oportuno, senhores licitantes, cito, in verbis, as condições do edital que lastrearam esse pedido de diligências:

10.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei n.º 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade.

19.7. O Pregoeiro ou autoridade superior poderão promover diligências destinadas a elucidar ou complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação, fixando prazos para atendimento

Informo ainda que a manifestação da empresa a essas diligências deve ser encaminhada para este e-mail do pregoeiro.

Por derradeiro, senhores licitantes, com fulcro na supramencionada condição 19.7. do edital, fixamos o prazo de 48 úteis para cumprimento dessas diligências por parte de sua empresa, tendo como termo inicial o dia 01 de agosto e como termo final o dia 02 de agosto de 2022, próxima terça-feira.

Atenciosamente,

Lúcio Roberto De Oliveira  
PREGOEIRO DO TRE-BA

--

Lúcio Roberto De Oliveira

Técnico Judiciário | SELIC  
7084

--

Lúcio Roberto De Oliveira  
Técnico Judiciário | SELIC  
7084



**EXEQUIBILIDADE.zip**  
3 MB

---



PLANILHA ABERTA DE CUSTOS – PREGÃO ELETRÔNICO 35/2022			
Item	INSUMOS (Especificar de acordo com a necessidade do Contrato)	%	
I	Mão de Obra (01 Técnico em Segurança do Trabalho e 01 Engenheiro de Segurança do Trabalho)	24,0	4.818,64
	*Equipamentos (Audiôdosímetro, Termômetro de Globo, Vibrate, Bombas Gravimétricas)	0,0	
	**Análises Laboratoriais	0,0	
	Transporte (passagens aéreas, locação de veículo, combustível)	18,0	3.613,98
	Hospedagem / alimentação	13,0	2.610,10
	Materiais (folhas, impressão, encadernação)	1,0	200,78
	Outros (informar):	-	
II	<b>LUCRO E DESPESAS INDIRETAS – LDI</b>		
	Despesa Operacional/Administrativa	8,0	2.007,77
	Lucro Bruto	25,0	4.617,87
III	<b>TRIBUTOS SOBRE O FATURAMENTO (IMPOSTOS E ENCARGOS)</b>		
	SIMPLES NACIONAL	11,0	2.208,54
<b>VALOR GLOBAL</b>		<b>100,0%</b>	<b>20.077,68</b>

\*Equipamentos próprios, sem necessidade de locação de terceiros.

\*\*Inexistência de agentes químicos nas unidades do TRE

Guarapari / ES, 02 de agosto de 2022.

LUCIANO  
MARCOS DOS  
SANTOS:032469  
19631

Assinado de forma  
digital por LUCIANO  
MARCOS DOS  
SANTOS:03246919631  
Dados: 2022.08.02  
09:43:53 -03'00'



AV. Davino Mattos, 280, sala 301, Centro, Guarapari/ES, CEP: 29.200-430

**SANTOS & FREITAS ENGENHARIA LTDA ME**  
**CNPJ 23.374.436/0001-46**



(27) 3361-5499



(27) 99275-0172



contato@lfengenharia.net.br



www.lfengenharia.net.br



## **À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA – TRE-BA**

**Ref.: Comprovação de Exequibilidade do Pregão Eletrônico 35/2022**

SANTOS & FREITAS ENGENHARIA LTDA ME, CNPJ 23.374.436/0001-46, com sede à Avenida Davino Mattos, 280, sala 301, Centro, Guarapari/ES, CEP 29200-430, doravante denominada LICITANTE, através do seu representante legal, Sr. LUCIANO MARCOS DOS SANTOS, CPF 032.469.196-31, RG M7771183, vem, através desta, apresentar a esta douta Comissão de Licitação,

### **COMPROVAÇÃO DE EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA**


ofertada a esta Administração Pública quanto a Emissão do Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT (em arquivo eletrônico).

#### **I – DA EXEQUIBILIDADE FINANCEIRA DA PROPOSTA DE PREÇOS**


Com base no art. 48, inciso II, § 1º, alíneas ‘a’ e ‘b’, da Lei nº 8.666/93 e Acórdão nº 1.470/2005 do Tribunal de Contas, a licitante SANTOS & FREITAS ENGENHARIA LTDA ME apresenta a sua comprovação de EXEQUIBILIDADE DE PROPOSTA DE PREÇOS.


A partir da definição do entendimento do objeto editalício pela licitante, são traçados os custos de modo a se atingir o valor disputado na etapa de lances, em que a LICITANTE conscientemente apresentou o menor preço para os

**SANTOS & FREITAS ENGENHARIA LTDA ME**  
**CNPJ 23.374.436/0001-46**

 AV. Davino Mattos, 280, sala 301, Centro, Guarapari/ES, CEP: 29.200-430

 (27) 3361-5499  (27) 99275-0172

 [contato@lfengenharia.net.br](mailto:contato@lfengenharia.net.br)

 [www.lfengenharia.net.br](http://www.lfengenharia.net.br)



Lotes 2, 3 e 4 no montante de R\$ 20.077,68 (vinte mil, setenta e sete reais e sessenta e oito centavos).

A proposta de preços da LICITANTE é resultado de um amplo estudo preliminar e contempla todos os insumos necessários para a execução dos serviços demandados pela Administração e indicados no instrumento convocatório.

Atuante no mercado desde 2015, a SANTOS & FREITAS consolidou-se como uma empresa idônea, detentora de atestados de capacidade técnica de órgãos da esfera municipal, estadual e federal que comprovam a sua excelente qualificação para a execução dos serviços.

## **II – DO PREÇO**

Visando dirimir quaisquer dúvidas que eventualmente possam existir, a proponente SANTOS & FREITAS apresenta, simultaneamente a esta, sua Planilha Aberta de Custos (anexo) para demonstrar a viabilidade e exequibilidade de sua proposta à Administração.


A planilha anexa foi cotada em função da mão-de-obra a ser utilizada, da infraestrutura, dos insumos necessários e da bonificação das despesas indiretas.

## **III – DA COMPOSIÇÃO DE PREÇOS**


Para a precificação do valor ofertado na Proposta de Preços, foram levados em consideração os seguintes fatores:


- a) O sócio administrador da SANTOS & FREITAS acumula a função de Engenheiro de Segurança do Trabalho, desta forma, parte do valor despendido para o pagamento de mão-de-obra será revertido para a própria empresa, vez que o seu atual proprietário será o responsável técnico pelo serviço.

**SANTOS & FREITAS ENGENHARIA LTDA ME**  
**CNPJ 23.374.436/0001-46**

 AV. Davino Mattos, 280, sala 301, Centro, Guarapari/ES, CEP: 29.200-430

 (27) 3361-5499  (27) 99275-0172

 [contato@lfengenharia.net.br](mailto:contato@lfengenharia.net.br)


 [www.lfengenharia.net.br](http://www.lfengenharia.net.br)




No mesmo sentido, o profissional Técnico em Segurança do Trabalho já está inserido no quadro de funcionários da empresa, não sendo necessário, portanto, dispor de valores além do previsto nos gastos mensais para pagamento de salários.


- b) As atividades do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA são reconhecidamente administrativas, envolvendo trabalho em ambientes de escritórios. Por experiência, a SANTOS & FREITAS afirma inexistir agentes químicos nestes locais, dispensando, portanto, contratação de análises laboratoriais.
- c) Se por ventura, forem identificados agentes físicos nas dependências do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, a SANTOS & FREITAS possui equipamentos próprios e adequados para a mensuração destes, não sendo necessário locá-los, como acontece com grande parte das empresas do ramo, o que onera, expressivamente, os serviços prestados.
- d) O ônus com transporte e hospedagem é feito com base na média do mercado, levando-se em conta os gastos obtidos em contratos semelhantes executados na região onde se encontra a contratante, assim sendo, a SANTOS & FREITAS detém conhecimento dos custos necessários para logística do futuro contrato.
- e) Os gastos com materiais (folhas, impressão, encadernação) estão inseridos nas despesas rotineiras da empresa, que possui sede própria equipada para tal e fornecedor local.
- f) Por fim, a SANTOS & FREITAS comprova através de contratos em anexo que já executou e ainda executa objetos semelhantes ao do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA com valores equiparados. Podemos citar, por exemplo, os serviços prestados ao PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA - TJSC (anexo) e ao INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS (anexo).

**SANTOS & FREITAS ENGENHARIA LTDA ME**  
**CNPJ 23.374.436/0001-46**

 AV. Davino Mattos, 280, sala 301, Centro, Guarapari/ES, CEP: 29.200-430

 (27) 3361-5499  (27) 99275-0172

 [contato@lfengenharia.net.br](mailto:contato@lfengenharia.net.br)

 [www.lfengenharia.net.br](http://www.lfengenharia.net.br)





Para ambos os clientes foram visitadas mais de 50 (cinquenta) unidades com valores aproximados ao da proposta ofertada a este órgão, desconsiderando, obviamente, os valores adicionais para outros objetos inclusos nos contratos aos quais não se aplicam ao TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA.

#### **IV - DAS FINANÇAS**

De acordo com os balanços patrimoniais da LICITANTE (anexo), demonstra-se a sua boa saúde financeira, o que a capacita a gerir o contrato em vislumbre, visto que possui Capital Social superior a 10% (dez por cento) do valor de sua proposta.

#### **VI – DAS ALEGAÇÕES FINAIS**

Trata-se de um processo de aquisição de um ente público, da qual a SANTOS & FREITAS ENGENHARIA LTDA ME veio prestigiar e contribuir, ofertando seu melhor preço e sua solução.

Consoante às evidências apresentadas, não resta dúvidas de que a empresa é detentora de equipamentos e equipe técnica própria capaz de reduzir os custos despendidos no contrato, tendo, inclusive, executado objetos de características semelhantes sem objeções.

Pelo exposto, a SANTOS & FREITAS ENGENHARIA LTDA ME requer, perante a esta douta Comissão de Licitação, a sua aprovação e homologação na licitação em epígrafe, pelas razões de fato e de direito ora expostas, tendo em vista que a empresa reúne meios técnicos e financeiros para suportar o ônus do contrato sem comprometer a sua execução.

Guarapari / ES, 02 de agosto de 2022.

LUCIANO MARCOS  
DOS  
SANTOS:03246919631

Assinado de forma digital por  
LUCIANO MARCOS DOS  
SANTOS:03246919631  
Dados: 2022.08.02 09:44:28  
-03'00'

Luciano Marcos dos Santos

**SANTOS & FREITAS ENGENHARIA LTDA ME**  
**CNPJ 23.374.436/0001-46**

📍 AV. Davino Mattos, 280, sala 301, Centro, Guarapari/ES, CEP: 29.200-430

☎ (27) 3361-5499 📞 (27) 99275-0172

✉ contato@lfengenharia.net.br

🌐 www.lfengenharia.net.br

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO

**Processo n.: 0069954-36.2019.8.24.0710**

**CONTRATO N. 156/2019**

Contrato que entre si celebram o **ESTADO DE SANTA CATARINA**, por intermédio do **PODER JUDICIÁRIO**, e a empresa **SANTOS & FREITAS ENGENHARIA LTDA. ME**.

O **ESTADO DE SANTA CATARINA**, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio do **PODER JUDICIÁRIO**, estabelecido na Rua Dr. Álvaro Millen da Silveira, 208, Centro, Florianópolis/SC, inscrito no CNPJ sob o n. 83.845.701/0001-59, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Diretor-Geral Administrativo, Senhor **RODRIGO GRANZOTTO PERON**, e a empresa **SANTOS & FREITAS ENGENHARIA LTDA. ME**, estabelecida na Avenida Davino Mattos, 280, sala 304, Centro, Guarapari/ES, CEP 29200-430, inscrita no CNPJ sob o n. 23.374.436/0001-46, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Sócio-Administrador, Senhor **LUCIANO MARCOS DOS SANTOS**, resolvem celebrar este contrato, em decorrência do Processo n. 0010825-03.2019.8.24.0710, referente ao Pregão Eletrônico n. 106/2019, homologado em 30.8.2019, mediante as cláusulas a seguir.

**DOS DOCUMENTOS**

**Cláusula primeira.** Fazem parte deste contrato, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta apresentada pela **CONTRATADA**.

**DO OBJETO**

**Cláusula segunda.** Este contrato tem por objeto a prestação de serviços especializados de segurança e medicina do trabalho para elaboração de LTCAT – Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho, PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional e EMO – Exame

Médico Ocupacional com emissão do ASO – Atestado de Saúde Ocupacional, para execução no regime de empreitada por preço unitário, em conformidade com a proposta apresentada pela CONTRATADA e com este contrato e seus anexos.

§ 1º Considerar-se-ão inclusas todas as despesas concernentes à execução dos serviços, com o fornecimento da mão de obra necessária, encargos sociais, ferramental, equipamentos, transporte, traslado dos materiais a serem utilizados, assistência técnica, benefícios, despesas indiretas, tributos e quaisquer outras incidências.

§ 2º A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto contratual, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, em conformidade com o estabelecido no § 1º do art. 65 da Lei n. 8.666/1993.

§ 3º O regime de execução do presente contrato é o de empreitada por preço unitário, ou seja, a prestação devida à CONTRATADA é fixada em função das unidades determinadas, a serem efetivamente executadas.

## **DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**Cláusula terceira.** Os serviços serão executados de acordo com as condições contidas no Processo n. 0010825-03.2019.8.24.0710 e na proposta apresentada pela CONTRATADA, que originou este contrato, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 54 da Lei n. 8.666/1993.

§ 1º A CONTRATADA deve entrar em contato com a Diretoria de Saúde após a assinatura deste contrato para que juntas decidam as providências que deverão ser tomadas, no sentido de evitar transtornos durante a execução dos serviços objeto deste contrato.

§ 2º Os serviços sob a responsabilidade da CONTRATADA são aqueles que correspondem aos que efetivamente forem executados em decorrência deste contrato, sendo que as execuções que apresentarem defeitos deverão ser refeitas sem custos adicionais ao CONTRATANTE.

§ 3º A falta de funcionários, equipamentos e/ou ferramentas não poderá ser alegada como motivo para a não execução dos serviços e não eximirá a CONTRATADA das penalidades a que estará sujeita pelo não cumprimento das condições estabelecidas.

§ 4º A execução deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados nesse instrumento, sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se apresentadas, por escrito, e aprovadas pela Diretoria de Saúde.

§ 5º A CONTRATADA só será eximida de sua responsabilidade por qualquer evento considerado como danoso e/ou prejudicial à regular execução dos serviços, se, após análise do CONTRATANTE, restar concluído que se trata de fato imprevisível, dificultoso à normal execução do contrato, ou previsível, porém de consequências incalculáveis, ou ainda,

de caso fortuito e força maior. Caberá exclusivamente à CONTRATADA o encargo de reunir toda documentação necessária à comprovação da ocorrência dos fatos mencionados, a ser apreciada pelo CONTRATANTE.

§ 6º A CONTRATADA, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes dos serviços até o limite admitido em cada caso pela Administração, observado que:

I – o CONTRATANTE permitirá desde já a subcontratação parcial dos exames complementares necessários para a emissão da ASO, conforme determinados no PCMSO de cada comarca;

II – os demais pedidos de subcontratação parcial deverão ser previamente encaminhados ao CONTRATANTE.

§ 7º O Exame Médico Ocupacional será realizado por médico que possua vínculo profissional com a contratada, seja por intermédio de contrato social/estatuto social, por contrato de trabalho ou por contrato de prestação de serviços.

## **DA FISCALIZAÇÃO**

**Cláusula quarta.** O CONTRATANTE exercerá ampla e irrestrita fiscalização na execução dos serviços objeto deste contrato, a qualquer hora, por intermédio da Diretoria de Saúde, Secretarias de Foro ou pessoa designada pelo CONTRATANTE.

§ 1º O acompanhamento da execução deste contrato ficará a cargo da Diretoria de Saúde, à qual caberá fiscalizar os prazos de execução, substituição ou refazimento dos serviços, suas especificações, bem como comunicar à CONTRATADA, formalmente, o descumprimento de quaisquer das cláusulas deste contrato.

§ 2º O objeto contratado, observadas as condições estabelecidas neste contrato e seus anexos, será recebido da seguinte forma:

I – provisoriamente, no ato da entrega dos serviços;

II – definitivamente, por servidor ou comissão composta de três membros formalmente constituída, desde que os pedidos superem, individualmente, o valor de R\$ 176.000,00 (limite previsto para a modalidade convite – art. 23, II, a, da Lei n. 8.666/1993), no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento provisório, após a comprovação da adequação do objeto às especificações do edital.

§ 3º O CONTRATANTE poderá determinar a correção dos serviços advindos da sua má realização ou desatendimento às especificações técnicas, desde que devidamente comprovados.

§ 4º A fiscalização do CONTRATANTE poderá exigir a substituição de qualquer preposto da CONTRATADA, de acordo com o interesse dos serviços.

§ 5º A fiscalização exercida não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade verificada durante a execução deste contrato.

§ 6º A liberação dos pagamentos será efetuada pela Diretoria de Saúde, observado o disposto neste contrato.

## **DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

**Cláusula quinta.** São obrigações e responsabilidades do CONTRATANTE:

I – emitir a Ordem de Serviço por mensagem eletrônica por intermédio da Divisão de Projetos de Ações em Saúde (DPAS);

II – emitir a Nota de Empenho;

III – fornecer informações, planilhas digitais e orientações necessárias à realização dos serviços em questão;

IV – fornecer a relação contendo os nomes de todos os trabalhadores (público alvo) com suas respectivas lotações, bem como os cargo(s) ocupado(s);

V – suspender a contagem do prazo de entrega dos serviços nos casos em que houver falha ou atraso no envio dos documentos indicados nos incisos I e II;

VI – franquear a entrada dos profissionais da CONTRATADA nas dependências dos Fóruns e do Tribunal de Justiça, desde que devidamente identificados e no horário de funcionamento, tanto nas sedes quanto nas unidades de apoio da Comarca, para realizar as medições e avaliações necessárias à execução dos serviços;

a) caso haja a necessidade de sala ou ambiente reservado para entrevistas, ficará a cargo do Secretário do Fórum de cada comarca em dispor de espaço físico, dentro da sua competência e disponibilidade possível, sem prejuízo dos serviços forenses, observando-se o disposto no item VI;

VII – atestar, conferir e receber a execução dos serviços por meio da DPAS;

VIII – exercer a fiscalização dos serviços prestados por técnico especialmente designado, o qual poderá realizar visitas técnicas periódicas nas Comarcas onde a CONTRATADA está realizando os serviços;

IX – aplicar as penalidades previstas para o(s) caso(s) de descumprimento do pactuado neste contrato;

X – empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento da nota fiscal eletrônica em dia;

XI – publicar o extrato do contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, no Diário da Justiça Eletrônico, órgão oficial de divulgação dos atos processuais e administrativos do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, veiculado no site do PJSC, no endereço [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br);

XII – designar gestor operacional para acompanhamento deste contrato, nos moldes da Resolução GP n. 11/2013; e

XIII – efetuar o pagamento pela prestação do serviço de acordo com a cláusula oitava.

**Cláusula sexta.** São obrigações e responsabilidades da CONTRATADA:

I – dispor de profissionais necessários à execução dos serviços descritos, listando com antecedência de no mínimo 1 (um) dia os responsáveis pela prestação dos serviços, prevendo substitutos para caso haja ausência, observando que:

a) os profissionais deverão comparecer devidamente identificados nas secretarias, onde serão recebidos nas Comarcas, pelo Secretário do Fórum, a fim de liberar a entrada mesmos aos locais internos do prédio. Nos prédios que fazem parte do Tribunal de Justiça também deve ser indicado a mesma referência do profissional da CONTRATADA, comunicando-se diretamente à DPAS;

b) para emissão do LTCAT deverá ser indicado um engenheiro de segurança do trabalho ou um médico do trabalho, conforme previsto da Lei n. 8.213/1991;

c) para emissão do PPRA, deverá ser indicado um técnico capacitado para desenvolver as disposições legais, conforme previsto na Norma Regulamentadora NR-9; e

d) para emissão e coordenação do PCMSO deverá ser indicado um médico do trabalho, conforme previsto na Norma Regulamentadora NR-7;

II – elaborar os documentos conforme as orientações prévias da DPAS;

III – preencher a ficha clínica individual, conforme modelo e orientações do Anexo IV;

IV – preencher o relatório do Exame Médico Ocupacional (EMO), conforme modelo e orientações contidas no Anexo V;

V – disponibilizar os arquivos necessários para o preenchimento do e-Social (versão vigente à época da entrega) em formato xml;

VI – garantir a segurança e idoneidade das avaliações. As avaliações quantitativas que apresentarem resultados acima do limite de tolerância deverão ser refeitas com acompanhamento do responsável técnico pelos laudos, durante o tempo de duração da medição, sendo escolhido outro trabalhador para servir de apoio ao monitoramento;

VII – utilizar equipamentos devidamente calibrados e aferidos, adequados para a realização dos serviços a serem executados, observado que:

a) tais equipamentos deverão estar acompanhados dos respectivos certificados de calibração - RBC - em conformidade com o INMETRO, e dentro do prazo de validade do certificado no momento da medição; e

b) cópia do certificado de calibração deverá fazer parte do documento em que for utilizado (LTCAT, PPRA e PCMSO);

VIII – avaliar quantitativamente os riscos existentes no ambiente quando identificada a necessidade, conforme preceituam as Normas Regulamentadoras – NR’s do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, a bibliografia atual e as normas de higiene do trabalho da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO;

IX – utilizar o cronograma do plano de ação anual do PPRA para propor a neutralização ou eliminação dos riscos avaliados, com ênfase nas medidas administrativas e de proteção coletiva;

X – realizar dosimetria de ruído de jornada inteira (mínimo de 6 horas por dia), nos ambientes ou atividades em que a avaliação qualitativa identificar a existência deste risco. Os demais ambientes que, pela avaliação qualitativa apresentarem este risco, mas que o nível de pressão sonora não caracterize uma situação que possa levar a perda auditiva pode-se medir o ruído, com decibelímetro, em medição direta pontual;

XI – descrever quais as medidas ou equipamentos de proteção coletiva - EPC necessários à eliminação ou neutralização dos riscos ocupacionais identificados;

XII – listar os equipamentos de proteção individual – EPI com descrição detalhada do produto que elimine ou atenua a agressão dos agentes de risco identificados no ambiente de trabalho;

XIII – realizar as avaliações ambientais separadamente por ambiente periclitado, sendo as informações coletadas próximo ao empregado que está exposto ao maior risco dentro do ambiente de trabalho;

XIV – garantir que todo documento assinado por engenheiro de segurança do trabalho deve ser acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme previsto na Instrução Normativa n. 99/2003;

XV – responsabilizar-se por fornecer aos seus colaboradores que executarão o objeto do contrato condições de saúde e segurança do trabalho concernente a prevenção de riscos ocupacionais que seus colaboradores necessitarem para a execução dos trabalhos, incluindo fornecimento de EPIs e meios de proteção, bem como assistência em eventual acidente, isentando o CONTRATANTE de qualquer responsabilidade, sendo a CONTRATADA a única responsável civil e criminalmente nesse sentido;

XVI – responsabilizar-se por todo transporte relacionado com o objeto contratual, sem ônus adicional para o Poder Judiciário de Santa Catarina;

XVII – informar à DPAS/Diretoria de Saúde a ocorrência de quaisquer atos, fatos ou circunstâncias que possam atrasar ou impedir a conclusão do serviço dentro do prazo previsto no cronograma, sugerindo as medidas para corrigir a situação;

XVIII – responsabilizar-se civil e criminalmente por todos os atos praticados pelos seus empregados na execução do contrato;

XIX – respeitar os prazos estipulados, devendo segui-los a rigor, cabendo-lhe integralmente o ônus decorrente pelo não cumprimento nas datas estabelecidas;

XX – usar mão de obra qualificada, habilitada legalmente e treinada para as funções a serem cumpridas, devidamente identificadas com uniforme e crachá da CONTRATADA;

XXI – gerar, no máximo, um GHE (conjunto de trabalhadores lotados num setor envolvido com uma atividade que exponha o grupo a um conjunto de riscos comum) por lotação, exceto nos casos em que for tecnicamente necessária a separação, por conta de efetivas diferenças de risco. Um GHE deve referir-se ao maior/mais alto nível hierárquico possível ou, sempre que for tecnicamente viável, agrupar mais de uma lotação;

XXII – formalizar comunicação aos trabalhadores (público alvo), com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, informando que deverão comparecer devidamente identificados no local designado para realização dos exames médicos periódicos;

XXIII – providenciar locais (clínicas habilitadas) para a realização das consultas ocupacionais e realização dos exames complementares, quando necessários;

XXIV – arcar com os custos resultantes de quaisquer ações, demandas e despesas decorrentes de contravenção, seja por culpa sua ou de quaisquer de seus empregados ou prepostos, obrigando-se, igualmente, a quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais ou extrajudiciais de terceiros que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do contrato firmado;

XXV – responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços contratados, tais como pagamento de salários, diárias, seguro de acidentes, indenizações, recolhimento de taxas, impostos, contribuições e outros que porventura venham a ser criados e exigidos;

XXVI – reparar, corrigir ou refazer às suas expensas, no total ou em parte, no prazo estabelecido na cláusula décima quinta, os serviços objeto do contrato em que forem constatados vícios, defeitos ou incorreções;

XXVII – assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE, inclusive por danos causados a terceiros;

XXVIII – atuar como fiel depositária de toda a documentação e informação que lhe for entregue em função da contratação, comprometendo-se a não utilizar material e informação de propriedade do CONTRATANTE para serviços não vinculados ao contrato;

XIX – manter total sigilo das informações e dados obtidos em decorrência da execução dos serviços contratados, sendo expressamente vedado à CONTRATADA fornecer, emprestar, ceder, propagar, demonstrar, ilustrar ou se utilizar de informações, para quaisquer fins, sem conhecimento e anuência, por escrito do CONTRATANTE;

XXX – manter atualizado, junto ao CONTRATANTE, o endereço, telefones e e-mail;



XXXI – manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

XXXII – apresentar os cronogramas e executar os serviços relacionados à elaboração dos documentos e realização dos exames médicos ocupacionais conforme os prazos definidos neste contrato; e

XXXIII – não subcontratar o total dos serviços, sendo-lhe, porém, permitido fazê-lo em conformidade com o disposto no § 6º da cláusula terceira, continuando a responder, direta e exclusivamente, pela fiel observância das obrigações contratuais.

## DO CRÉDITO

**Cláusula sétima.** As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta do Elemento de Despesa n. 339039, da Subação n. 14054, da Classificação Funcional Programática n. 02 122 0930.0954, do orçamento do Fundo de Reaparelhamento de Justiça, para o exercício de 2019.

Parágrafo único. O projeto orçamentário, a natureza da despesa, a subação e a classificação funcional programática decorrentes do presente contrato para o exercício de 2020 serão definidos após aprovação da lei orçamentária anual do referido exercício financeiro.

## DO PAGAMENTO

**Cláusula oitava.** O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA mensalmente os valores referentes ao quantitativo de documentos efetivamente entregues e de ASO efetivamente emitidos, observando que:

I – os seguintes valores serão considerados para o pagamento:

Item 1 – Ampla Participação – Região I – Grande Florianópolis				
Subitem	Descrição dos serviços	Quantidade anual estimada	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1.1	LTCAT – Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho;	20 documentos	240,00	4.800,00
1.2	PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais;	20 documentos	331,75	6.635,00
1.3	PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional;	20 documentos	178,25	3.565,00
1.4	EMO – Exame Médico Ocupacional com emissão de ASO	3.872 unidades	25,00	96.800,00
1.5	Exames Complementares	250 exames	11,60	2.900,00
Valor total do item (R\$)			114.700,00	

<b>Item 2 – Participação exclusiva de microempresa (ME) e empresa de pequeno porte (EPP)</b> <b>(art. 48, I, da Lei Complementar n. 123/2006) – Região II – Litoral Sul</b>				
<b>Subitem</b>	<b>Descrição dos serviços</b>	<b>Quantidade anual estimada</b>	<b>Valor unitário (R\$)</b>	<b>Valor total (R\$)</b>
<b>2.1</b>	LTCAT – Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho;	23 documentos	355,00	8.165,00
<b>2.2</b>	PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais;	23 documentos	300,00	6.900,00
<b>2.3</b>	PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional;	23 documentos	250,00	5.750,00
<b>2.4</b>	EMO – Exame Médico Ocupacional com emissão de ASO	1.213 unidades	29,00	35.177,00
<b>Valor total do item (R\$)</b>			55.992,00	

<b>Item 3 – Participação exclusiva de microempresa (ME) e empresa de pequeno porte (EPP)</b> <b>(art. 48, I, da Lei Complementar n. 123/2006) – Região III – Planalto Sul</b>				
<b>Subitem</b>	<b>Descrição dos serviços</b>	<b>Quantidade anual estimada</b>	<b>Valor unitário (R\$)</b>	<b>Valor total (R\$)</b>
<b>3.1</b>	LTCAT – Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho;	14 documentos	300,00	4.200,00
<b>3.2</b>	PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais;	14 documentos	355,00	4.970,00
<b>3.3</b>	PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional;	14 documentos	250,00	3.500,00
<b>3.4</b>	EMO – Exame Médico Ocupacional com emissão de ASO	530 unidades	30,30	16.059,00
<b>Valor total do item (R\$)</b>			28.729,00	

<b>Item 5 – Participação exclusiva de microempresa (ME) e empresa de pequeno porte (EPP)</b> <b>(art. 48, I, da Lei Complementar n. 123/2006) – Região V – Vale do Itajaí</b>				
<b>Subitem</b>	<b>Descrição dos serviços</b>	<b>Quantidade anual estimada</b>	<b>Valor unitário (R\$)</b>	<b>Valor total (R\$)</b>
<b>5.1</b>	LTCAT – Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho;	19 documentos	220,0	4.180,00
<b>5.2</b>	PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais;	19 documentos	250,00	4.750,00
<b>5.3</b>	PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional;	19 documentos	210,00	3.990,00
<b>5.4</b>	EMO – Exame Médico Ocupacional com emissão de ASO	987 unidades	45,35	44.760,45
<b>Valor total do item (R\$)</b>			57.680,45	

<b>Item 7 – Participação exclusiva de microempresa (ME) e empresa de pequeno porte (EPP)</b> <b>(art. 48, I, da Lei Complementar n. 123/2006) – Região VII – Planalto Norte</b>				
<b>Sub-</b>	<b>Descrição dos serviços</b>	<b>Quantidade anual</b>	<b>Valor</b>	<b>Valor total</b>

item		estimada	unitário (R\$)	(R\$)
7.1	LTCAT – Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho;	8 documentos	200,00	1.600,00
7.2	PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais;	8 documentos	300,00	2.400,00
7.3	PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional;	8 documentos	250,00	2.000,00
7.4	EMO – Exame Médico Ocupacional com emissão de ASO	348 unidades	35,05	12.197,40
<b>Valor total do item (R\$)</b>			18.197,40	

II – os pagamentos serão realizados de acordo com o cronograma de execução dos serviços, sendo quitados primeiramente os débitos gerados na elaboração dos programas de gestão de segurança e riscos ocupacionais (LTCAT, PPRA e o PCMSO);

III – os documentos LTCAT, PPRA e o PCMSO possuem valores diferenciados, assim só poderão ser emitidas notas fiscais do valor correspondente ao trabalho concluído por unidade, no mês, sempre condicionado a conferência dos documentos e ao atendimento aos requisitos técnicos conferidos pela DPAS;

IV – após a execução dos exames ocupacionais, a CONTRATADA deverá encaminhar os ASOs à DPAS para a conferência dos serviços prestados, a qual posteriormente comunicará a CONTRATADA a aceitação ou rejeição; e

V – o CONTRATANTE, por meio da DS/DPAS, reserva-se no direito de suspender cautelarmente o pagamento caso os serviços estejam sendo prestados em desacordo com as especificações constantes do contrato, sem prejuízo de abertura de processo administrativo específico para apuração das responsabilidades, respeitado o princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa.

§1º As condições para que ocorra o pagamento serão as seguintes:

I – a CONTRATADA deverá enviar a solicitação do pagamento para o endereço eletrônico ds.dpas@tjsc.jus.br, mensalmente, especificando no requerimento o quantitativo de serviços executados no referido mês;

II – caberá a fiscalização do CONTRATANTE proceder à análise e parecer favorável do pagamento;

III – a CONTRATADA deverá emitir a nota fiscal somente quando solicitada pela Diretoria de Material e Patrimônio;

IV – a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a seguinte documentação (art. 71 c/c o art. 55, XIII, da Lei n. 8.666/1993), dentro do seu prazo de validade:

- a) comprovação da regularidade de tributos federais e dívida ativa da União;
- b) comprovação da regularidade para com a Fazenda Estadual;
- c) comprovação da regularidade para com a Fazenda Municipal;
- d) comprovação da regularidade para com o FGTS; e

e) comprovante da regularidade relativa à Justiça do Trabalho (CNDT);

V – certidões comprobatórias da regularidade fiscal e trabalhista só serão aceitas com prazo de validade determinado no documento ou com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias, passíveis de conferência da sua autenticidade;

VI – caso a CONTRATADA possua cadastro com o CONTRATANTE (com as certidões dentro do prazo de validade), a documentação de regularidade fiscal e trabalhista será substituída por documento emitido pelo CONTRATANTE;

VII – no caso de isenção do ICMS (prevista no RICMS/SC - Decreto Estadual n. 2870/2001 e alterações), a CONTRATADA deverá emitir a nota fiscal com o valor que consta da proposta e do empenho, bem como indicar, na respectiva nota, o valor do desconto, à exceção do contribuinte enquadrado no Simples Nacional, da saída de mercadorias ou bens sujeitas ao regime de substituição tributária ou de demais hipóteses previstas no RICMS/SC;

VIII – relativamente aos tributos previstos em lei, a CONTRATADA deverá fazer apenas o destaque na nota fiscal e a retenção será feita no momento do pagamento pela prestação do objeto contratado, quando a legislação assim exigir.

§ 2º Caso a CONTRATADA não comprove a regularidade fiscal e trabalhista:

I – será emitida notificação pelo CONTRATANTE para regularização, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento do ofício e, caso não regularizada, será iniciado o processo de rescisão contratual, com aplicação da multa rescisória; e, concomitantemente; e

II – será realizado o pagamento, procedendo-se as retenções tributárias, na forma da lei.

§ 3º Verificando-se a existência de responsabilidade subsidiária ou solidária por parte do CONTRATANTE em relação a algum débito previdenciário ou trabalhista da contratada, a fim de garantir o ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração em decorrência da citada responsabilidade, o contratante se reserva o direito de reter o valor correspondente quando da liberação do pagamento.

§ 4º O CONTRATANTE se compromete a efetuar o pagamento até o 15º (décimo quinto) dia útil a partir da apresentação da nota fiscal à Divisão de Contratos, Convênios e Registro de Preços, da Diretoria de Material e Patrimônio, e após cumpridas as condições de pagamento supracitadas.

§ 5º A CONTRATADA ficará responsável pelos custos das tarifas bancárias derivadas da operação de pagamento, conforme previsto na Resolução GP n. 53/2013.

§ 6º No caso do não pagamento da nota fiscal até o 15º (décimo quinto) dia útil, por culpa exclusiva do CONTRATANTE, será efetuada a atualização monetária do 16º (décimo sexto) dia útil até a data da efetiva quitação, atualizando-se o valor com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõem o art. 117 da Constituição Estadual e o art. 40, XIV, c, da Lei n. 8.666/1993.

§ 7º Todos os documentos apresentados para os pagamentos deverão conter o mesmo CNPJ constante na proposta que originou este contrato, exceto quando houver menção expressa que as certidões são válidas para todos os estabelecimentos matriz/filiais.

## **DO REAJUSTE**

**Cláusula nona.** Mediante expresse pedido da CONTRATADA, os valores contratados poderão ser reajustados pelo IGP - DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna – menos 1 (um) mês), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, observados os valores de mercado, desde que decorrido 1 (um) ano a partir da data de apresentação da proposta.

Parágrafo único. O prazo previsto no *caput* somente poderá ser alterado por força de lei, sendo obrigatória a apresentação, por parte da CONTRATADA, da documentação que comprove a origem do novo preço praticado.

## **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**Cláusula décima.** As sanções administrativas serão advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com o Estado de Santa Catarina e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, com fulcro no Capítulo IV, Seção II, da Lei n. 8.666/1993 e na Lei n. 10.520/2002.

§ 1º A penalidade de advertência será aplicada no caso de infrações cometidas que correspondam a pequenas irregularidades verificadas na execução do contrato que venham, ou não, causar dano ao CONTRATANTE ou a terceiros.

§ 2º A CONTRATADA estará sujeita às seguintes multas:

I – 1% (um por cento) ao dia, limitada a 10% (dez por cento) sobre o valor do total de serviços, pelo atraso na entrega do cronograma e/ou do ajuste deste;

II – 1% (um por cento) ao dia, limitada a 10% (dez por cento), sobre o valor do(s) documento(s), pelo atraso na entrega;

III – 1% (um por cento) ao dia, limitada a 10% (dez por cento) sobre o valor do(s) documento(s), pelo atraso na correção ou substituição do(s) documento(s) entregue(s) em desacordo com as especificações;

IV – 1% (um por cento) ao dia, limitada a 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota fiscal, pelo atraso nos serviços de execução dos exames médicos ocupacionais;

V – 1% (um por cento) ao dia, limitada a 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota fiscal, pelo atraso na entrega do ASO;

VI – 1% (um por cento) ao dia, limitada a 10% (dez por cento) sobre o valor do(s) documento(s), pelo atraso na correção ou substituição do ASO entregue em desacordo com as especificações; e

VII – 1% (um por cento) ao dia, limitada a 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota fiscal, pelo atraso no envio das Fichas Clínicas Individuais e Relatórios do Exame Médico Ocupacional.

§ 3º Caracterizada a inexecução e constatado o prejuízo ao interesse público, o CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA outras sanções e até mesmo iniciar o processo de rescisão do instrumento contratual.

§ 4º Os valores correspondentes à prática de infrações contratuais serão retidos e deduzidos do pagamento da Nota Fiscal/Fatura, após o que será a CONTRATADA notificada para, querendo, apresentar defesa administrativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 5º Os valores retidos pela prática de infrações poderão, após regular processo administrativo, ser convertidos em multa pela autoridade competente.

§ 6º A devolução dos valores retidos, caso não convertidos em multas, será realizada com a incidência de correção monetária, conforme índice utilizado pela Corregedoria-Geral da Justiça, sem aplicação de juros de mora.

§ 7º Caso não seja possível a retenção e dedução do pagamento da Nota Fiscal/Fatura, os valores relativos à multa serão pagos mediante notificação de cobrança; neste caso, o CONTRATANTE encaminhará, no primeiro dia útil após vencidos os prazos estipulados neste contrato, notificação de cobrança à CONTRATADA, que deverá fazer o recolhimento aos cofres públicos até o 5º (quinto) dia útil a partir de seu recebimento, sob pena de cobrança judicial. Observados:

I – as multas previstas no § 2º são cumulativas, ou seja, umas sobre as outras, sendo os limites incidentes sobre cada uma delas; e

II – na hipótese de a CONTRATADA não efetuar o recolhimento da notificação de cobrança, o CONTRATANTE inscreverá o valor em dívida ativa.

§ 8º A penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado de Santa Catarina será aplicada à CONTRATADA quando:

I – fizer declaração falsa;

II – deixar de entregar documentação ou apresentar documentação falsa;

III – ensejar o retardamento da execução dos serviços;

IV – não mantiver a proposta;

V – falhar injustificadamente ou fraudar a execução do contrato;

VI – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

VII – não substituir ou refazer, no prazo estipulado, os serviços recusados pelo CONTRATANTE; e/ou

VIII – descumprir os prazos e condições previstas neste contrato.

§ 9º A punição definida no parágrafo anterior será por até 5 (cinco) anos.

§ 10. A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública será aplicada nos casos em que o CONTRATANTE, após análise dos fatos, constatar que a CONTRATADA praticou falta grave.

§ 11. A punição definida no parágrafo anterior perdurará enquanto houver os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir o CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido prazo não superior a 2 (dois) anos, previsto no inciso IV do art. 87 da Lei n. 8.666/1993.

§ 12. As penalidades acima poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/1993.

§ 13. Na aplicação das penalidades acima serão admitidos os recursos previstos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

§ 14. Ocorrendo caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado e aceito pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades.

§ 15. Além das penalidades acima citadas, a CONTRATADA ficará sujeita ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do CONTRATANTE.

## **DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO**

**Cláusula décima primeira.** A inexecução contratual ensejará a rescisão do instrumento contratual e o cancelamento do contrato, nos termos da Seção V, Capítulo III da Lei n. 8.666/1993, nos seguintes modos:

I – por ato unilateral e escrito do PJSC, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei n. 8.666/1993;

II – amigavelmente, por acordo entre as partes, mediante formalização de aviso prévio, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para o PJSC;

III – judicialmente, nos termos da legislação vigente; ou

IV – por interesse público devidamente justificado em processo administrativo.

§ 1º O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegura a este PJSC o direito de rescindir o instrumento contratual e de cancelar o contrato a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

§ 2º O cancelamento do contrato com base no inciso I desta cláusula (incisos I a VIII do art. 78 da Lei 8666/93) sujeitará a CONTRATADA à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo do contrato existente na data da rescisão, independentemente de outras multas.

§ 3º Caso o valor do prejuízo do CONTRATANTE advindo da rescisão contratual por culpa da CONTRATADA exceder o valor da Cláusula Penal prevista no parágrafo anterior, esta valerá como mínimo de indenização, na forma do disposto no art. 416, parágrafo único, do Código Civil.

## **DOS ENCARGOS**

**Cláusula décima segunda.** As despesas decorrentes de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução deste contrato ficarão a cargo da CONTRATADA, bem como a correta aplicação da legislação atinente à segurança, higiene e medicina do trabalho.

## **DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

**Cláusula décima terceira.** A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato, somente se reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente em termo aditivo, que a este contrato se aderirá.

## **DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS**

**Cláusula décima quarta.** Este contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei n. 8.666/1993 e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

## **DOS PRAZOS**

**Cláusula décima quinta.** Este contrato terá os seguintes prazos:

I – de vigência contratual: da assinatura do contrato até o total adimplemento das obrigações;

II – de entrega do cronograma com as datas previstas para a execução dos serviços na respectiva região relacionados à elaboração dos documentos do objeto deste contrato, pessoalmente ou por mensagem eletrônica (ds.sesmt@tjsc.jus.br), por unidade judiciária: 5 (cinco) dias úteis a contar da solicitação realizada pela Diretoria da Saúde;



III – de execução do contrato: 12 (doze) meses, contados da emissão da primeira ordem de serviço, podendo ser prorrogado, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, mediante termo aditivo, se houver interesse das partes;

IV – de entrega do laudo técnico das condições ambientais de trabalho - LTCAT: 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de recebimento da ordem de serviço, podendo ser prorrogado por, no máximo, mais 10 (dez) dias úteis, com a devida justificativa para o atraso;

V – de entrega do programa de prevenção de riscos ambientais - PPRA e do programa de controle médico de saúde ocupacional - pcmso: 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data de recebimento da ordem de serviço, podendo ser prorrogado por, no máximo, mais 10 (dez) dias úteis, com a devida justificativa para o atraso;

VI – de entrega do cronograma com as datas e os endereços dos locais previstos para a execução dos exames médicos ocupacionais, por unidade judiciária, à dpas: 5 (cinco) dias úteis a contar da data de entrega do pcmso da unidade judiciária. o cronograma deverá ser enviado para o endereço eletrônico: ds.sesmt@tjsc.jus.br;

VII – de ajustes nas inadequações do cronograma de execução dos serviços relacionados à elaboração dos documentos e de execução dos exames médicos ocupacionais: no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, após o recebimento da comunicação enviada pela DPAS;

VIII – de início dos serviços de execução dos exames médicos ocupacionais: a partir da data de recebimento da ordem de serviço, podendo ser prorrogado por, no máximo, mais 5 (cinco) dias úteis, com a devida justificativa para o atraso;

IX – de entrega dos atestados de saúde ocupacional e demais informações necessárias: os atos e as informações necessárias para preenchimento do evento S-2220 do esocial (última versão) deverão ser enviadas à dpas em arquivo excel, até o primeiro dia útil do mês subsequente em que foi realizado o exame. a partir da vigência do esocial o arquivo deverá ser enviado em formato xml;

X – de envio do relatório conclusivo, por unidade judiciária, em formato pdf, identificando e atestando todas as inaptidões do aso: mensalmente, até o dia 5 (cinco) do mês subsequente, a contratada deverá enviar o relatório para o endereço eletrônico: ds.sesmt@tjsc.jus.br;

XI – de envio do relatório do exame médico ocupacional constando todos os trabalhadores atendidos: mensalmente, até o dia 10 (dez) do mês subsequente aos serviços prestados, conforme modelo e orientações do Anexo VI;

XII – de envio das fichas clínicas individuais: mensalmente, até o dia 10 (dez) do mês subsequente aos serviços prestados, conforme modelo e orientações do Anexo IV;

XIII – de reparação, correção ou refazimento às suas expensas, no total ou em parte, dos serviços objeto do contrato em que forem constatados vícios, defeitos ou incorreções: máximo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir do recebimento da comunicação, por escrito, da DPAS; e

XIV – de correção dos problemas apontados pela fiscalização (quando não houver prazo específico): máximo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir do recebimento da comunicação pela CONTRATADA.

## **DA PUBLICAÇÃO**

**Cláusula décima sexta.** O CONTRATANTE providenciará a publicação deste contrato no Diário da Justiça Eletrônico, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei n. 8.666/1993.

## **DO FORO**

**Cláusula décima sétima.** Fica eleito o Foro da comarca da Capital, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas deste contrato.

E, por estarem acordes, as partes assinam este contrato em duas vias de igual forma e teor.

## **ANEXO I**

### **ESPECIFICAÇÕES GERAIS DOS SERVIÇOS**

A prestação de serviços especializados em engenharia de segurança e em medicina do trabalho e de saúde ocupacional será subdividida nas ações que seguem:

1. Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT), com Laudo de Insalubridade e Periculosidade em anexo, constando a função dos trabalhadores e divididos por GHE no edifício;
2. Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA);
3. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO); e
4. Exames Médicos Ocupacionais (EMO), com emissão de ASO.

Para a realização dos exames médicos ocupacionais as contratadas deverão providenciar locais (clínicas habilitadas). Os locais deverão estar de acordo com a legislação sanitária e localizados próximo aos prédios dos Fóruns para facilitar o deslocamento dos trabalhadores, salvo nas comarcas em que não houver clínicas próximas disponíveis.

As ações do LTCAT devem estar de acordo com as seguintes especificações:

1. Seguir todas as orientações da DPAS antes da elaboração e entrega dos laudos. Objetivo: manter o máximo de padronização de laudos entre as diferentes contratadas para facilitar o acesso à informação;
2. Descrição por GHE e análise detalhada de cada atividade exercida, do ambiente de trabalho e das máquinas e equipamentos utilizados pelo PJSC;
3. Identificação de atividades insalubres classificando-as em grau mínimo, médio ou máximo, com a qualificação do tipo de atividade que contemple aposentadoria especial, bem como os preceitos legais que a sustentem;
4. Identificação de atividades perigosas, com a qualificação do tipo de atividade que contemple aposentadoria especial e/ou atividade com direito a gratificação de risco de vida, bem como os preceitos legais que a sustentam;
5. Avaliações quantitativas com aferição dos níveis de intensidade e concentração dos agentes nocivos identificados/divididos em físico, químico e biológico, com equipamentos adequados, devidamente calibrados e certificados, bem como análises laboratoriais pertinentes;
6. Anexar ao LTCAT, o Laudo de Insalubridade e Periculosidade, com respectivo grau, constando nome e função dos servidores no momento da visita e com o reconhecimento da chefia imediata do servidor;
7. O LTCAT deverá ser assinado por engenheiro de segurança do trabalho, com o respectivo número da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA) ou por médico do trabalho, indicando os registros profissionais para ambos, em conformidade com a legislação vigente no momento da assinatura; e
8. O laudo será renovado caso sejam introduzidas modificações no ambiente de trabalho e de acordo com o § 3º do art. 58 da Lei n. 8.213/1991 e suas alterações.

“A empresa que não mantiver laudo técnico atualizado com referência aos agentes nocivos existentes no ambiente de trabalho de seus trabalhadores ou que emitir documento de comprovação de efetiva exposição em desacordo com o respectivo laudo, estará sujeito à penalidade prevista no art. 133 desta Lei”, republicada na MP 1596-14, de 10.11.97, e convertida na Lei n. 9.528/97.

As ações do PPRA contemplam os seguintes serviços:

1. Seguir todas as orientações da DPAS antes da elaboração e entrega dos documentos. Objetivo: manter o máximo de padronização de laudos entre as diferentes contratadas para facilitar o acesso à informação;
2. Elaboração, planejamento e assistência técnica na implantação do PPRA, e completa descrição das ações preventivas, em observância às prescrições normativas discriminadas na NR-9 a serem realizados no Poder Judiciário e no local designado;
3. Reconhecimento de Riscos Ambientais com vistoria detalhada do ambiente de trabalho, com aferições e análises dos agentes de riscos ocupacionais e exposições dos servidores;
4. Mapa de riscos no ambiente, do PPRA;
5. Elaboração do registro físico dos riscos existentes e que venham existir nas dependências dos prédios dos fóruns nas Comarcas de Santa Catarina;

6. Realização das aferições quantitativas de agentes ambientais (riscos físicos, químicos e biológicos) através de aparelhos: NPS – Nível de Pressão Sonora (DB Ruído) – Dosímetro, termometria, Luminosidade (Luz), NURA – Nível de Umidade Relativa no Ar (% Umidade), e outros que se fizerem necessários;
7. Análise da eficácia dos Equipamentos de Proteção Individual e Equipamentos de Proteção Coletiva, quando e se utilizados;
8. Assistência técnica na implantação das medidas de controle (estratégia e metodologia de ação);
9. Sugestão de treinamento, cursos, palestras e melhorias em processos;
10. Identificação dos respectivos riscos ocupacionais e seus agentes insalubres; e
11. Plano de ação anual, anexo ao PPRA, com ações e medidas de controle e neutralização dos riscos identificados.

As ações do PCMSO contemplam os seguintes serviços:

1. Seguir todas as orientações da DPAS antes da elaboração e entrega dos documentos. Objetivo: manter o máximo de padronização de laudos entre as diferentes contratadas para facilitar o acesso à informação;
2. Elaboração do PCMSO, em observância às prescrições normativas discriminadas na NR-7;
3. Avaliação de riscos com relação a danos à saúde dos servidores, com base no PPRA vigente, com fornecimento de orientações para a implantação de medidas de controle e avaliação de sua eficácia após a implantação;
4. Indicar, os exames complementares, caso necessário, para a emissão do Atestado de Saúde Ocupacional, nos diferentes tipos, que compõe o PCMSO; e
5. Sugestão de treinamento, cursos e palestras relacionadas à saúde dos trabalhadores do PJSC.

A implementação do PCMSO deverá contemplar:

Os exames médicos ocupacionais, os quais deverão ser realizados de acordo com as disposições contidas na NR-07 do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e seus anexos e de acordo com as orientações do PJSC e necessidades de dados para envio ao CNJ.

Entende-se por Exame Médico Ocupacional a prestação dos seguintes serviços:

1. Avaliação clínica – anamnese ocupacional e exame físico e mental.

A anamnese ocupacional consiste no preenchimento da Ficha Clínica Individual, conforme modelo estabelecido pela Diretoria de Saúde e orientações constantes no Anexo IV.

Exames complementares – realizados previamente à avaliação clínica, de acordo com o PCMSO.

2. Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) – emitido em conformidade com a NR- 07 e modelo estabelecido pela Diretoria de Saúde no Anexo V.

O Atestado de Saúde Ocupacional deverá ser emitido com letra legível e assinado pelo paciente somente após a consulta.

A CONTRATADA deverá enviar os ASOS digitalizados à DPAS, em formato pdf, arquivados em *pendrive*, organizados em ordem alfabética, no prazo estabelecido na cláusula décima quinta, e enviar em envelopes separados por unidades judiciárias, em ordem alfabética. Após a conclusão dos exames médicos ocupacionais, deverá ser preenchido o Relatório do Exame Médico Ocupacional, em planilha eletrônica, conforme modelo e orientações apresentadas no Anexo VI. O Relatório do Exame Médico Ocupacional deverá ser enviado por mensagem eletrônica para: ds.sesmt@tjsc.jus.br, no prazo estabelecido na cláusula décima quinta.

Os exames médicos e atestados de saúde ocupacional devem atender integralmente as exigências do evento S-2220 — Monitoramento da Saúde do Trabalhador, do eSocial, na sua versão atualizada. O evento detalha as informações relativas ao monitoramento da saúde do trabalhador, durante todo o vínculo laboral com o empregador/contribuinte/órgão público, por trabalhador, no curso do vínculo, bem como os exames complementares – os quais o trabalhador foi submetido, conforme segue:

Prazo de envio: [...] o evento contendo as informações relativas aos demais exames médicos devem ser enviados até o dia 07 (sete) do mês subsequente ao da realização do correspondente exame.

Devem ser obrigatoriamente informados neste evento os exames previstos nos quadros I e II da NR – 07 do MTE, de acordo com o risco ao qual o trabalhador está exposto, bem como os demais exames obrigatórios previstos na legislação. Os exames complementares também serão informados neste evento [...].

Os exames periódicos de trabalhadores portadores de doenças crônicas devem constar neste evento.

A CONTRATADA deverá apresentar o Atestado de Saúde Ocupacional, e as informações necessárias para atender o preenchimento do evento S-2220 do eSocial (última versão), em excel, juntamente com cada lote remetido à DPAS, no prazo estabelecido na cláusula décima quinta. Após a vigência do eSocial, as informações deverão ser enviadas em arquivo XML.

O ASO deve conter as seguintes informações:

- 1.tipo de atestado de saúde ocupacional emitido, conforme opções: Admissional; Periódico; De retorno ao trabalho; De mudança de função; De monitoração pontual, não enquadrado nos casos anteriores; Demissional;
- 2.resultado do ASO, tendo opções “Apto” ou “Inapto”.

No detalhamento dos exames complementares porventura realizados pelo trabalhador em virtude do determinado no Quadro II, da NR-07, do MTE, além de outros solicitados pelo médico e os referentes ao ASO, deverá constar:

- 1.data do exame realizado;
- 2.código do procedimento médico terapêutico ou diagnóstico constante da Tabela de Terminologia Unificada em Saúde Suplementar – TUSS;
- 3.observação sobre o procedimento médico terapêutico ou diagnóstico realizado;
- 4.preencher com o código, de acordo com quadro I, da NR-07, a saber: EE; SC; SC+;

Interpretação: EE: O indicador biológico é capaz de indicar uma exposição ambiental acima do limite de tolerância, mas não possui, isoladamente, significado clínico ou toxicológico próprio, ou seja, não indica doença, nem está associado a um efeito ou disfunção de qualquer sistema biológico.

SC: Além de mostrar uma exposição excessiva, o indicador biológico tem também significado clínico ou toxicológico próprio, ou seja, pode indicar doença, estar associado a um efeito ou uma disfunção do sistema biológico avaliado.

SC+: O indicador biológico possui significado clínico ou toxicológico próprio, mas, na prática, devido à sua curta meia-vida biológica, deve ser considerado como EE.

5. ordem do Exame, ou seja, se é “referencial” ou “sequencial”;

6. data de início da monitoração;

7. data final da monitoração;

8. indicação dos resultados, devendo ser utilizadas as palavras: “Normal” ou “Alterado” ou “Estável” ou “Agravamento”, em conformidade com a conclusão médica, em detrimento de outras por mais privilegiadas que sejam.

Nos registros onde são prestadas as informações sobre o profissional responsável pela monitoração biológica em atendimento aos requisitos das NR-07 e NR-09 do MTE, deverá constar:

1. número de Identificação Social – NIS do responsável pela monitoração;

2. número de inscrição do médico ou enfermeiro do trabalho;

3. sigla da Unidade da Federação – UF de expedição do CRM do profissional responsável;

4. Serviço de Saúde responsável pelo monitoramento deverá ser identificado com:

5. código da unidade de atendimento médico no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde;

6. formas de contato; e

7. endereço eletrônico obrigatório.

Na identificação do médico responsável pelo ASO deverá constar o nome completo do médico encarregado do exame médico, não necessariamente o médico coordenador do PCMSO, seu CRM e a sigla da UF de expedição do CRM.

Identificação, em relatório a parte, dos trabalhadores portadores de doenças crônicas bem como da doença crônica identificada.

## ANEXO II

### RELAÇÃO DAS UNIDADES JUDICIÁRIAS DIMENSIONADAS EM REGIÕES, COM RESPECTIVO NÚMERO DE TRABALHADORES E OS PRÉDIOS QUE A COMPÕE

Região/Item	Unidade Judiciária	Nº aproximado de Trabalhadores	Nº de prédios da unidade judiciária
Região I – Grande	Tribunal de Justiça	1880	02

Florianópolis	Torres I e II		
	Unidade Presidente Coutinho	341	01
	Unidade Anita Garibaldi	30	01
	Academia Judicial	55	01
	Patrimônio e Almoxarifado	22	01
	Arquivo	35	02
	Unidade Forquilha	5	01
	Biguaçu	72	01
	Capital - Des. Eduardo Luz	185	01
	Capital - Des. Rid Silva	496	01
	Capital - Vara de Exec. Fiscais	32	01
	Capital - Continente	87	01
	Capital - Foro Bancário	55	01
	Capital - Norte da Ilha	95	02
	Palhoça	172	01
	São José	286	01
	Sto Amaro da Imperatriz.	24	01
	<b>TOTAL</b>	3872	20

Região II – Litoral Sul	Araranguá	102	01
	Criciúma	248	01
	Forquilha	25	01
	Içara	53	01
	Meleiro	21	01
	Santa Rosa do Sul	37	01
	Sombrio	50	01
	Turvo	30	02
	Lauro Muller	21	01
	Orleans	38	01
	Urussanga	51	01
	Tubarão	198	01
	Garopaba	35	01
	Armazém	28	02
	Braço do Norte	58	01
	Capivari de Baixo	26	01
	Imaruí	18	01
	Imbituba	60	01
	Jaguaruna	40	01
	Laguna	74	02
	<b>TOTAL</b>	1213	23

Região III – Planalto Sul	Curitibanos	90	02
	Otacílio Costa	29	01
	Santa Cecília	27	01
	Anita Garibaldi	17	01
	Correia Pinto	26	02
	Lages	241	03
	Bom Retiro	22	01
	São Joaquim	39	01
	Urubici	17	01
	Campo Belo do Sul	22	01
	<b>TOTAL</b>	530	14

Região IV – Litoral Norte	Guaramirim	50	02
	Jaraguá do Sul	142	02
	Araquari	38	02
	Barra Velha	48	01
	Garuva	26	01
	Itapoá	30	01
	Joinville	479	04
	São Francisco do Sul	62	01
	<b>TOTAL</b>	875	14

Região V – Vale do Itajaí	Ascurra	28	01
	Blumenau	313	02
	Blumenau Fórum Universitário	52	01
	Gaspar	73	02
	Indaial	65	01
	Pomerode	42	01
	Timbó	61	01
	Ibirama	43	01
	Ituporanga	47	01
	Presidente Getúlio	28	01
	Rio do Campo	22	01
	Rio do Oeste	23	01
	Rio do Sul	132	03
	Taió	28	01
	Trombudo Central	30	01
	<b>TOTAL</b>	987	19

Região VI – Foz do Rio Itajaí	Balneário Camboriú	214	01
	Balneário Camboriú – Vara da Família	13	01
	Brusque	128	02
	Camboriú	22	01
	Itajaí	255	02
	Itapema	66	01
	Navegantes	61	01
	São João Batista	43	02



	Porto Belo	42	02
	Piçarras	53	02
	Tijucas	59	01
	<b>TOTAL</b>	956	16

Região VII – Planalto Norte	Canoinhas	70	02
	Itaiópolis	20	01
	Papanduva	27	01
	Porto União	62	01
	Mafra	57	01
	São Bento do Sul	69	01
	Rio Negrinho	43	01
	<b>TOTAL</b>	348	08

Região VIII – Extremo Oeste	Chapecó	299	01
	Coronel Freitas	21	01
	Pinhalzinho	30	02
	São Carlos	23	01
	Palmitos	25	01
	São Lourenço do Oeste	30	01
	Quilombo	25	01
	São Domingos	24	01
	Abelardo Luz	22	01
	Campo Erê	22	01
	São José do Cedro	27	02
	São Miguel do Oeste	68	01
	Cunha Porã	25	01
	Descanso	26	02
	Dionísio Cerqueira	27	02
	Itapiranga	26	01
	Maravilha	39	01
	Modelo	20	01
	Mondai	30	01
	Anchieta	22	01
	Xanxerê	79	01
	Seara	23	01
	Xaxim	40	01
	Concórdia	96	01
	Ipumirim	21	01
	Itá	34	01
	Ponte Serrada	24	01
	<b>TOTAL</b>	1148	31

Região IX – Vale do Rio do Peixe	Caçador	74	01
	Fraiburgo	51	01
	Lebon Régis	15	01
	Tangará	21	01
	Videira	66	02
	Campos Novos	62	01

	Capinzal	40	01
	Catanduvas	28	01
	Herval D'oeste	28	01
	Joaçaba	76	01
	<b>TOTAL</b>	<b>461</b>	<b>11</b>
<b>TOTAL PJSC</b>		<b>10.390</b>	<b>156</b>

### ANEXO III

#### ENDEREÇOS DOS PRÉDIOS COM AMBIENTES A SEREM AVALIADOS (ORDEM ALFABÉTICA)

Região	Unidade Judiciária	Endereço
Região I Grande Florianópolis	Tribunal de Justiça	<p>TRIBUNAL DE JUSTIÇA – SEDE – Torre 1 Rua Álvaro Millen da Silveira, n. 208 — Centro CEP: 88020-901 — Florianópolis Telefone: (48) 3287-1000</p> <p>TRIBUNAL DE JUSTIÇA – SEDE – Torre 2 Rua Álvaro Millen da Silveira, n. 208 — Centro CEP: 88020-901 — Florianópolis Telefone: (48) 3287-1000</p> <p>TRIBUNAL DE JUSTIÇA – Unidade Pres. Coutinho – ACCR Rua Presidente Coutinho, 232 — Centro CEP: 88015-230 — Florianópolis Telefone: (48) 3287-1000</p> <p>TRIBUNAL DE JUSTIÇA – Academia Judicial – UAL Rua Almirante Lamago, 1386 - Centro CEP: 88020-120 – Florianópolis Telefone: (48) 3287-2801</p> <p>TRIBUNAL DE JUSTIÇA – Unidade Anita Garibaldi – UAG Rua Anita Garibaldi, n. 365, Centro CEP: 88020-120 – Florianópolis Telefone: (48) 3287-2430</p> <p>TRIBUNAL DE JUSTIÇA – BR 101 – Almoxarifado e Patrimônio Rua Pedro Cota de Castro. s/n. Bairro São Luiz CEP: 88106-802— São José Telefone: (48) 3287-1000</p> <p>TRIBUNAL DE JUSTIÇA – Unidade Forquilha Rua Vereador Arthur J. Mariano, 501 — Forquilha CEP: 88106-500— São José</p>

		<p>Telefone: (48) 3287-2085</p> <p>TRIBUNAL DE JUSTIÇA – Arquivo – Prédio sede Rua Jorge Marcelino Coelho, 420 Bairro Guarda do Cubatão CEP: 88135-300 – Palhoça Telefone: (48) 3287-2494</p> <p>TRIBUNAL DE JUSTIÇA – Arquivo – Unidade Brejarú Rua Raimundo Ramos da Costa Almeida. N. 393 — Brejarú CEP: 88133-514 — Palhoça Telefone: (48) 3287-2473</p>
	Biguaçu	<p>Rua Rio Branco, 29 — Centro CEP: 88160-000 — Biguaçu Telefone: (48) 3279-9200</p>
	Capital -Des. Eduardo Luz	<p>Rua José da Costa Moellmann, 197 – Centro CEP: 88020-170 – Florianópolis Telefone: (48) 3287-6900</p>
	Capital Des. Rid Silva	<p>Av. Governador Gustavo Richard, 434 — Centro CEP: 88020-901 — Florianópolis Telefone: (48) 3251-6500</p>
	Capital – Vara de Execuções Fiscais	<p>Rua Tenente Silveira, 60. 1º andar – Centro CEP: 88010-101 – Florianópolis Telefone: (48) 3287-5905</p>
	Distrital do Continente	<p>Rua São José, 300 – Balneário/Estreito CEP: 88075-310 – Florianópolis Telefone: (48) 3287-5100</p>
	Foro Bancário	<p>Rua Almirante Lamego, 1386 — Centro CEP: 88020-120 – Florianópolis</p>
	Norte da Ilha Prédio Sede	<p>Fórum Distrital do Norte da Ilha – Prédio Sede SC 401 - Rodovia José Carlos Daux, n. 4190, Edifício High Tech Business Center, 3º andar, Torre A, Saco Grande CEP: 88032-005 - Florianópolis Telefone: (48) 3287-5000</p>
	Norte da Ilha	<p>Fórum Distrital do Norte da Ilha - Anexo Rua Desembargador Vitor Lima, 183 – UFSC – Bairro Serrinha CEP: 88040-400 – Florianópolis Telefone: (48) 3287-5033</p>
	Palhoça	<p>Rua Hilza Terezinha Pagani, 409 – Pagani CEP: 88132-256 – Palhoça Telefone: (48) 3287-5500</p>
	São José	<p>Fórum da Comarca de São José – Prédio Sede e Prédio Anexo Rua Domingos André Zannini, 380 — Barreiros CEP: 88117-200 — São José Telefone: (48) 3287-5200</p>
	Sto Amaro da Imperatriz.	<p>Rua Frei Fidêncio Feldmann, 425 — Centro CEP: 88140-000 — Santo Amaro da Imperatriz Telefone: (48) 3245-4000</p>
Região II Litoral Sul	Araranguá	<p>Rua Cel. João Fernandes, 195 — Centro CEP: 88900-000 — Araranguá Telefone: (48) 3521-6000</p>

Criciúma	Av. Santos Dumont, s/n — Milanesi CEP: 88804-500 — Criciúma Telefone: (48) 3431-5201
Forquilha	Rodovia Antônio Valmor Canela, 106 — Santa Izabel CEP: 88850-000 — Forquilha Telefone: (48) 3463-8300
Içara	Rua Salete Scotti dos Santos, 150 — Jardim Elizabete CEP: 88820-000 — Içara Telefone: (48) 3467-1100
Meleiro	Rua José Mezari, 281 — Jardim Itália CEP: 88920-000 — Meleiro Telefone: (48) 3537-8300
Santa Rosa do Sul	Rua Raul José dos Santos, 120 — Centro CEP: 89965-000 — Santa Rosa do Sul Telefone: (48) 3534-8200
Sombrio	Rua Edílio Antônio da Rosa, 974 — Centro CEP: 88960-000 — Sombrio Telefone: (48) 3533-6700
Turvo	Fórum da Comarca de Turvo — Prédio Sede e Arquivo Depósito Rua Raul Manfredi, 520 — Cidade Alta CEP: 88930-000 — Turvo Telefone: (48) 3525-8000
Lauro Muller	Rua Pedro Raimundo, 15 — Centro CEP: 88880-000 — Lauro Müller Telefone: (48) 3464-8600
Orleans	Rua Rui Barbosa, 320 — Centro CEP: 88870-000 — Orleans Telefone: (48) 3466-6100
Urussanga	Rua Barão do Rio Branco, 115 — Centro CEP: 88840-000 — Urussanga Telefone: (48) 3441-1300
Tubarão	Rua Wenceslau Brás, 560 — Vila Moema CEP: 88701-901 — Tubarão Telefone: (48) 3621-1500
Garopaba	Rua Santa Rita, 100 — Centro CEP: 88495-000 — Garopaba Telefone: (48) 3254-8300
Armazém	Fórum da Comarca de Armazém — Prédio Sede e Prédio Anexo Rua Luiz Gonzaga Westrupp, 85 — Centro CEP: 88740-000 — Armazém Telefone: (48) 3645-4200
Braço do Norte	Praça. Padre Roher, 118 — Centro CEP: 88750-000 — Braço do Norte Telefone: (48) 3658-9200
Capivari de Baixo	Rua Engenheiro Márcio Portela, 36 — Centro CEP: 88745-000 — Capivari de Baixo Telefone: (48) 3621-4800
Imaruí	Av. Governador Celso Ramos, 388 — Centro CEP: 88770-000 — Imaruí Telefone: (48) 3643-8000
Imbituba	Rua Ernani Contrin, 643 — Centro CEP: 88780-000 — Imbituba Telefone: (48) 3355-8000

	Jaguaruna	Rua Nestor Horácio Luiz, s/n — Cristo Rei CEP: 88715-000 — Jaguaruna Telefone: (48) 3624-8000
	Laguna	Fórum da Comarca de Laguna – Prédio Sede e Anexo Social – Churrasqueira Rua Arcângelo Bianchini, 69 — Centro CEP: 88790-000 — Laguna Telefone: (48) 3644-8300
Região III Planalto Sul	Curitibanos	Rua Antônio Rossa, 241 — Centro CEP: 89520-000 — Curitibanos Telefone: (49) 3245-4500
	Otacílio Costa	Rua Balduino Westphal, 444 – Poço Rico CEP: 88540-000 – Otacílio Costa Telefone: (49) 3275-8000
	Santa Cecília	Rua XV de Novembro, s/n — Centro CEP: 89540-000 — Santa Cecília Telefone: (49) 3244-6505
	Anita Garibaldi	Rua Vidal Ramos Júnior, s/n — Centro CEP: 88590-000 — Anita Garibaldi Telefone: (49) 3543-5300
	Correia Pinto	Fórum da Comarca de Correia Pinto – Prédio Sede e Prédio Edícula Rua Vitória Régia, 254 — Pro-Flor CEP: 88535-000 — Correia Pinto Telefone: (49) 3243-6302
	Lages	Fórum da Comarca de Lages – Prédio Sede Rua Belisário Ramos, 3.650 — Centro CEP: 88502-905 — Lages Telefone: (49) 3221-3500  Fórum da Comarca de Lages – Unidade Fazendária Rua Belisário Ramos, 3.800, 5º andar — Centro CEP: 88502-100 — Lages Telefone: (49) 3221-2802  Fórum da Comarca de Lages – Unidade Cooperação e CEJUSC Rua Castelo Branco, 170 — Universitário CEP: 88509-900 — Lages Telefone: (49) 3221-3539  Depósito de Processos Av. Duque de Caxias, 710 — Frei Rogério CEP: 88508-000 — Lages Telefone: (49) 3221-3500
	Bom Retiro	Rua 14 de Janeiro, 165 — Centro CEP: 88680-000 — Bom Retiro Telefone: (49) 3277-3000
	São Joaquim	Rua Domingos Martorano, 302 — Centro CEP: 88600-000 — São Joaquim Telefone: (49) 3233-6000
	Urubici	Rua Nereu Ramos, n. 200 — Centro

		CEP: 88650-000 — Urubici Telefone: (49) 3278-6900
	Campo Belo do Sul	Rua Major Teodósio Furtado, 30 — Centro CEP: 88580-000 — Campo Belo do Sul Telefone: (49) 3249-3300
Região IV Litoral Norte	Guaramirim	Fórum da Comarca de Guaramirim – Prédio Sede e Prédio Depósito Rua João Sotter Correa, 300 – Amizade CEP: 89270-000 — Guaramirim Telefone: (47) 3373-9500
	Jaraguá do Sul	Fórum da Comarca de Jaraguá do Sul – Prédio Sede Rua Guilherme Cristiano Wackerhagen, 87 — Vila Nova CEP: 89259-300 — Jaraguá do Sul Telefone: (47) 3275-7200  Fórum da Comarca de Jaraguá do Sul – Prédio Juizado Especial Rua dos Imigrantes, 500 — Rau CEP: 89254-430 — Jaraguá do Sul Telefone: (47) 3275-7260
	Araquari	Fórum da Comarca de Araquari – Prédio Sede e Prédio Anexo Rua Antonio Ramos Alvim, 500 — Centro CEP: 89245-000 — Araquari Telefone: (47) 3447-7500
	Barra Velha	Rua Vice-Prefeito José do Patrocínio de Oliveira, 1.003 — Centro CEP: 88390-000 — Barra Velha Telefone: (47) 3446-7500
	Garuva	Av. Celso Ramos, 1.226 — Centro CEP: 89248-000 — Garuva Telefone: (47) 3445-8000
	Itapoá	Rua Mariana Michels Borges, 776 — Itapema do Norte CEP: 89249-000 — Itapoá Telefone: (47) 3443-8000
	Joinville	Fórum da Comarca de Joinville – Prédio Sede Rua Hermann August Lepper, 980 — Saguçu CEP: 89201-900 — Joinville Telefone: (47) 3461-8500  Fórum da Comarca de Joinville – 3º Juizado Cível Rua Albano Schmidt, 3333, bloco K — Iriú CEP: 89227-753 — Joinville Telefone: (47) 3461-8500  Fórum da Comarca de Joinville – 2º Juizado Cível Rua Paulo Malschitzki, 10, bloco C, Sala C103 — Zona Industrial Norte CEP: 89219-710 — Joinville Telefone: (47) 3461-8500  Fórum da Comarca de Joinville – Fórum Fazendário Rua Hermann August Lepper, 1060 — Saguçu CEP: 89221-902 — Joinville Telefone: (47) 3461-8500

	São Francisco do Sul	Rua Coronel Oliveira, 289 – Centro CEP: 89240-000 – São Francisco do Sul Telefone: (47) 3471-1500
Região V  Vale do Itajaí	Ascurra	Rua Benjamin Constant, 1097 — Centro CEP: 89138-000 — Ascurra Telefone: (47) 3383-3300
	Blumenau	Rua Zenaide Santos de Souza, 363 — Bairro da Velha CEP: 89036-260 — Blumenau Telefone: (47) 3321-9200
	Blumenau Fórum Universitário	Praça Victor Konder, 1 — Centro CEP: 89010-150 — Blumenau Telefone: (47) 3321-7241
	Gaspar	Fórum da Comarca de Gaspar – Prédio Sede Av. Deputado Francisco Mastella, s/n — Sete de Setembro CEP: 89110-000 — Gaspar Telefone: (47) 3331-6100  Fórum da Comarca de Gaspar – Locado – Vara Família Rua Pedro de Bortoli, 277 — Sete de Setembro CEP: 89110-000 — Gaspar Telefone: (47) 3331-6125
	Indaial	Rua Tiradentes, 111 — Centro CEP: 89130-000 — Indaial Telefone: (47) 3281-5400
	Pomerode	Rua XV de Novembro, 700 — Centro CEP: 89107-000 — Pomerode Telefone: (47) 3387-7400
	Timbó	Av. Getúlio Vargas, 736 — Centro CEP: 89120-000 — Timbó Telefone: (47) 3281-1700
	Ibirama	Rua Dr. Getúlio Vargas, 800 — Centro CEP: 89140-000 — Ibirama Telefone: (47) 3357-8000
	Ituporanga	Rua Vereador Joaquim Boing, s/n — Centro CEP: 88400-000 — Ituporanga Telefone: (47) 3533-8100
	Presidente Getúlio	Rua Kurt Hering, 14 — Centro CEP: 89150-000 — Presidente Getúlio Telefone: (47) 3352-5000
	Rio do Campo	Rua 29 de Dezembro, 34 — Centro CEP: 89198-000 — Rio do Campo Telefone: (47) 3564-8900
	Rio do Oeste	Rua XV de Novembro, 1570 — Centro CEP: 89180-000 — Rio do Oeste Telefone: (47) 3543-9300
	Rio do Sul	Fórum da Comarca de Rio do Sul – Prédio Sede Rua Dom Bosco, 820 — Jardim América CEP: 89160-000 — Rio do Sul Telefone: (47) 3531-4700  Fórum da Comarca de Rio do Sul – Vara Criminal

		<p>Rua Dom Bosco, 760, 2º andar — Jardim América CEP: 89160-908 — Rio do Sul Telefone: (47) 3531-4700</p> <p>Fórum da Comarca de Rio do Sul – Juizado Cível e Criminal Rua Dom Bosco, 701, 1º andar — Centro CEP: 89160-918 — Rio do Sul</p>
	Taió	<p>Rua Expedicionário Rafael Busarello, 484 — Centro CEP: 89190-000 — Taió Telefone: (47) 3562-8000</p>
	Trombudo Central	<p>Rua Emílio Graubner, 300 — Vila Nova CEP: 89176-000 — Trombudo Central Telefone: (47) 3544-8101</p>
Região VI Foz do Rio Itajaí	Balneário Camboriú	<p>Fórum da Comarca de Balneário Camboriú – Prédio Sede Av. das Flores, s/n — Bairro dos Estados CEP: 88330-000 — Balneário Camboriú Telefone: (47) 3261-1810</p> <p>Fórum da Comarca de Balneário Camboriú – Anexo Rua 916, 645 — Centro CEP: 88330-570 — Balneário Camboriú Telefone: (47) 3261-1860</p>
	Brusque	<p>Fórum da Comarca de Brusque – Prédio Sede Praça das Bandeiras, 55 — Centro CEP: 88350-051 — Brusque Telefone: (47) 3251-1500</p> <p>Fórum da Comarca de Brusque – Juizado Especial Rua Manoel Tavares, 52 — Centro CEP: 88350-051 — Brusque Telefone: (47) 351-1590</p>
	Camboriú	<p>Rua São Paulo, 1271 — Areias CEP: 88345-662 — Camboriú Telefone: (47) 3365-9300</p>
	Itajaí	<p>Fórum da Comarca de Itajaí – Prédio Sede Rua Uruguai, 222 — Centro CEP: 88301-902 — Itajaí Telefone: (47) 3341-9300</p> <p>Fórum da Comarca de Itajaí – Prédio Depósito Rua Joca Brandão, 655 — Centro CEP: 88301-441 — Itajaí Telefone: (47) 3341-9300</p>
	Itapema	<p>R. 700, 270 — Várzea CEP: 88220-000 — Itapema Telefone: (47) 3268-8800</p>
	Navegantes	<p>Av. Prefeito José Juvenal Mafra, 498 — Centro CEP: 88375-000 — Navegantes Telefone: (47) 3342-9100</p>
	São João Batista	<p>Fórum da Comarca de São João Batista – Prédio Sede e Prédio Anexo</p>



		Rua Otaviano Dadam, 201 — Centro CEP: 88240-000 — São João Batista Telefone: (48) 3265-6300
	Porto Belo	Fórum da Comarca de Porto Belo – Prédio Sede e Depósito Rua Maurílio Manoel da Silva, 252 — Perequê CEP: 88210-000 — Porto Belo Telefone: (47) 3369-7180
	Piçarras	Fórum da Comarca de Balneário Piçarras Rua Eulálio da Trindade, 26 — Centro CEP: 88380-000 — Balneário Piçarras Telefone: (47) 3347-4000
	Tijucas	Rua Florianópolis, 130 — Centro CEP: 88200-000 — Tijucas Telefone: (48) 3263-8000
Região VII Planalto Norte	Canoinhas	Fórum da Comarca de Canoinhas – Prédio Sede Rua Vidal Ramos, 650 — Centro CEP: 89460-000 — Canoinhas Telefone: (47) 3621-5600  Fórum da Comarca de Canoinhas – Prédio 2 Rua Major Vieira, 795 — Centro CEP: 89460-000 — Canoinhas Telefone: (47) 3621-5606
	Itaiópolis	Rua Alfredo Fernandes Luiz, 130 — Centro CEP: 89340-000 — Itaiópolis Telefone: (47) 3652-6000
	Papanduva	Rua Simeão Alves de Almeida, 411 — Centro CEP: 89370-000 — Papanduva Telefone: (47) 3653-6000
	Porto União	Rua Voluntários da Pátria, 365 — Centro CEP: 89400-000 — Porto União Telefone: (42) 3521-3700
	Mafra	Av. Cel. José Severiano Maia, 863 — Centro CEP: 89300-000 — Mafra Telefone: (47) 3641-4200
	São Bento do Sul	Av. São Bento, 401 — Rio Negro CEP: 89287-355 — São Bento do Sul Telefone: (47) 3631-1900
	Rio Negrinho	Rua Carlos Hantschel, 425 — Bela Vista CEP: 89295-000 — Rio Negrinho Telefone: (47) 3646-1700
Região VIII Extremo Oeste	Chapecó	Rua Augusta Müller Bohner, 300-D — Passo dos Fortes CEP: 89805-900 — Chapecó Telefone: (49) 3321-4000
	Coronel Freitas	Rua Minas Gerais, 586 — Centro CEP: 89840-000 — Coronel Freitas Telefone: (49) 3347-3300
	Pinhalzinho	Fórum da Comarca de Pinhalzinho – Prédio Sede e Arquivo Av. Recife, 1700 — Santo Antônio

		CEP: 89870-000 — Pinhalzinho Telefone: (49) 3366-6100
	São Carlos	Rua La Salle, 243 — Centro CEP: 89885-000 — São Carlos Telefone: (49) 3325-1000
	Palmitos	Rua Padre Manoel da Nóbrega, 67 — Centro CEP: 89887-000 — Palmitos Telefone: (49) 3647-9400
	São Lourenço do Oeste	Rua Dom Pedro II, 966 — Centro CEP: 89990-000 — São Lourenço do Oeste Telefone: (49) 3344-8200
	Quilombo	Rua Presidente Juscelino, 703 — Centro CEP: 89850-000 — Quilombo Telefone: (49) 3346-2000
	São Domingos	Rua Brasil, 285 — Centro CEP: 89835-000 — São Domingos Telefone: (49) 3443-6800
	Abelardo Luz	Av. Padre João Smedt, 1.667 — Centro CEP: 89830-000 — Abelardo Luz Telefone: (49) 3445-8100
	Campo Erê	Rua Maranhão, 865 — Centro CEP: 89980-000 — Campo Erê Telefone: (49) 3655-3500
	São José do Cedro	Fórum da Comarca de São José do Cedro – Prédio Sede e Arquivo – Ass. Social Rua Padre Aurélio, 235 — Centro CEP: 89930-000 — São José do Cedro Telefone: (49) 3643-6600
	São Miguel do Oeste	Rua Marcílio Dias, 2.070 — Sagrado Coração CEP: 89900-000 — São Miguel do Oeste Telefone: (49) 3631-1500
	Cunha Porã	Rua Benjamin Constant, 832 — Centro CEP: 89890-000 — Cunha Porã Telefone: (49) 3646-3000
	Descanso	Fórum da Comarca de Descanso – Prédio Sede e Prédio Anexo Rua Thomaz Koproski, 615 — Centro CEP: 89910-000 — Descanso Telefone: (49) 3623-6400
	Dionísio Cerqueira	Av. Washington Luís, 670 — Centro CEP: 89950-000 — Dionísio Cerqueira Telefone: (49) 3644-6200
	Itapiranga	Rua São José, 10 — Centro CEP: 89896-000 — Itapiranga Telefone: (49) 3678-8400
	Maravilha	Av. Anita Garibaldi, 1181 — Centro CEP: 89874-000 — Maravilha Telefone: (49) 3664-8800
	Modelo	Rua Presidente Vargas, 20 — Centro CEP: 89872-000 — Modelo Telefone: (49) 3365-2500
	Mondai	Rua Waldemar Ernesto Glufke, 71 – Centro CEP: 89893-000 – Mondai Telefone: (49) 3674-3000

	Anchieta	Av. Anchieta, 722 — Centro CEP: 89970-000 — Anchieta Telefone: (49) 3653-3000
	Xanxerê	Rua Victor Konder, 898 — Centro CEP: 89820-000 — Xanxerê Telefone: (49) 3441-7100
	Seara	Rua do Comércio, 171 — Centro CEP: 89770-000 — Seara Telefone: (49) 3452-8700
	Xaxim	Rua Rui Barbosa, 385 — Centro CEP: 89825-000 — Xaxim Telefone: (49) 3353-9600
	Concórdia	Rua Travessa Silvio Roman, 45 — Nossa Senhora da Salete CEP: 89700-000 — Concórdia Telefone: (49) 3441-1500
	Ipumirim	Rua Bento Gonçalves, 143 — Centro CEP: 89790-000 — Ipumirim Telefone: (49) 3438-3300
	Itá	Praça dos Expedicionários, 500 — Pioneiros CEP: 89760-000 — Itá Telefone: (49) 3458-9600
	Ponte Serrada	Rua 3 de Maio, 460 — Centro CEP: 89683-000 — Ponte Serrada Telefone: (49) 3435-6500
Região IX Vale do Rio do Peixe	Caçador	Rua Conselheiro Mafra, 790 — Centro CEP: 89500-000 — Caçador Telefone: (49) 3561-2500
	Fraiburgo	Av. Curitibanos, 375 — Centro CEP: 89580-000 — Fraiburgo Telefone: (49) 3256-2100
	Lebon Régis	Rua Valdir Ortigari, 45 — Centro CEP: 89515-000 — Lebon Régis Telefone: (49) 3247-6000
	Tangará	Rua Luís Menoncin, 10 — Centro CEP: 89642-000 — Tangará Telefone: (49) 3532-7500
	Videira	Fórum da Comarca de Videira – Prédio Sede e Juizado Especial Informal Av. Manoel Roque, 268 — Alvorada CEP: 89560-000 — Videira Telefone: (49) 3533-4700
	Campos Novos	Praça Lauro Müller, 121 — Centro CEP: 89620-000 — Campos Novos Telefone: (49) 3541-6400
	Capinzal	Rua Carmelo Zoccoli, 133 — Centro CEP: 89665-000 — Capinzal Telefone: (49) 3555-8000
	Catanduvas	Rua Almirante Tamandaré, 2776 — Centro CEP: 89670-000 — Catanduvas Telefone: (49) 3525-6400
	Herval D'oeste	Rua Nereu Ramos, 388 — Centro

		CEP: 89610-000 — Herval D’oeste Telefone: (49) 3551-4400
	Joaçaba	Rua Salgado Filho, 160 — Centro CEP: 89600-000 — Joaçaba Telefone: (49) 3551-4100

## ANEXO IV

### FICHA CLÍNICA INDIVIDUAL

FICHA CLÍNICA INDIVIDUAL - PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA				
Nome:		Matrícula:		
Idade:		Sexo:		
Telefone celular: (   )		Telefone residencial: (   )		
Local de trabalho:		Telefone:		
Função atual que exerce:				
Outras atividades concomitantes:				
Condições de saúde atuais:		Sim	Não	
Está em tratamento médico por doença crônica?				
		Quais doenças?		
Faz uso de medicações de uso contínuo?				
(não incluir método contraceptivo e suplementos)		Quais medicações?		
Já realizou alguma cirurgia?				
		Quais cirurgias?		
Você usa algum método contraceptivo?				
		Qual?		
Gestante?				Data da última menstruação:
Alergias (inclua as medicamentosas):				
Trabalho:		Não	Sim	Mais informações se necessário:
Suas condições de saúde exigem trabalho especial?				
Perdeu dias de trabalho por doença último ano?				Quantos dias?
Seu posto de trabalho é confortável?				
Problemas de saúde que você associa ao trabalho?				
Faz uso de equipamento de proteção individual (EPI)?				
Últimos empregos:			Funções:	

Problemas de Saúde	Sim	Não		
Você tem Doença do Coração?				
Você tem Pressão Alta?				
Você tem alteração do colesterol (dislipidemia)?				
Você tem Diabetes?				
Você tem doença psiquiátrica?				
Você tem Ansiedade?				
Você tem Depressão?				
Você tem doença neurológica (cérebro e nervos)?				
Você tem dor de cabeça frequente?				
Você tem problemas com equilíbrio?				
Você tem dificuldade para ouvir/ zumbidos?				
Você tem dificuldade para enxergar?				
Você tem alergias?				
Você tem asma, bronquite?				
Você tem doença respiratória/ viroses com frequência?				
Você tem Tuberculose?				
Você tem doença de pele?				
Você tem doença dos rins?				
Você tem doença do estômago, intestino ou fígado?				
Você tem hérnia na barriga ou virilha (inguinal)?				
Você tem hemorroidas?				
Você tem varizes?				
Você tem osteoporose?				
Você tem reumatismo ou doença autoimune?				
Já sofreu acidente? Trauma da cabeça? Fratura?				
Já recebeu transfusão sanguínea?				
É doador de sangue?				
Pessoa com Deficiência?				
Nas últimas semanas sentiu dor na coluna, nas articulações/ juntas e músculos?				
Nas últimas semanas sentiu dores no pescoço, ombro, braços ou mãos?				
Nas últimas semanas sentiu dor lombar baixa ou quadris?				
Faz acompanhamento médico?				
Fez exames preventivos indicados pelo médico assistente último ano?				
História Familiar:	Não	Sim	Descreva o familiar	
Alcoolismo?				
Suicídio?				
Demência?				
Derrame cerebral (AVC)?				
Infarto cardíaco?				
Morte súbita?				
Câncer?				
Hábitos (assinale):	Não	Sim	Um pouco/ às vezes	

Você tem boa alimentação?				
Você pensa que tem excesso de peso?				
Você dorme bem?				
Você tem vínculos de amizade presentes?				
Você tem sentimento de solidão frequentemente?				
Você tem tranquilidade familiar?				
Você tem excesso de estresse?				
Você tem satisfação com o trabalho?				
Você excede em bebida alcoólica com frequência?				
Fuma? Se sim, anote o número de cigarros diários no lugar do sim.				
Faz atividade física semanalmente?				
Descreva as atividades físicas que pratica e a frequência:				
Algo mais você considera importante relatar ou frisar?				
Declaro que as informações acima são verdadeiras,				
Assinatura do servidor:				Data:
AVALIAÇÃO DO MÉDICO DO TRABALHO-				
Local:		Data:		
Doenças crônicas (acompanhada do CID 10 entre parênteses):				
Medicação em uso continuado:				
Acompanhamento médico (descrever especialidades):				
Queixas gerais (se necessário, encaminhar ao médico especialista):				
Queixas relacionadas ao trabalho (caso não haja queixas escrever- nega queixas, inclusive negando queixas ortopédicas e psiquiátricas):				
Há risco laboral de acordo com NR? Descrever o risco, resultado dos exames/ imunizações e solicitações dadas ao servidor:				
Observações:				
EXAME FÍSICO:				
PA (esfigmomanômetro calibrado- braço E):		Peso (aferir):		Altura:
Exame físico geral (aparência, mucosas...):				
Pescoço (tireóide, linfonodomegalias, sopros?):				

Estado mental/ avaliação neurológica:				
Tórax (AC e AP):				
Abdômen (observe também sopros abdominais):				
Coluna cervical:				
Coluna toraco-lombar:				
Coluna lombo-sacra:				
Ombros:				
Membros Superiores (observe também pulsos e edemas):				
Quadril:				
Membros Inferiores (observe também pulsos, varizes e edemas):				
Há limitação para realização de ginástica laboral? Descreva se apto ou especifique a limitação que contra-indica ginástica laboral:				
Há prioridade para avaliação ergonômica do Posto de trabalho?				
Observações:				
Médico assistente:			Data:	

## ORIENTAÇÕES PARA O PREENCHIMENTO DA FICHA CLÍNICA INDIVIDUAL

1. A ficha clínica individual constará de um questionário pré-consulta em que o paciente trará informações preenchidas previamente por ele para auxiliar e dinamizar o exame médico ocupacional *per se*. Este mesmo questionário trará informações para o preenchimento da primeira parte do Relatório do Exame Médico Ocupacional.
2. O médico, no momento da consulta, deverá estar atento as respostas dadas pelo servidor neste questionário, oferecendo orientações, como: retornar ao médico assistente, procurar especialista, procurar auxílio de educador físico, fisioterapeuta, nutricionista, psicólogo, fazer controle de pressão, buscar ajuda em locais competentes como AA, etc.
3. A ficha clínica individual apresenta uma segunda parte destinada ao preenchimento do médico. Esta deverá ser preenchida pelo médico com letra legível e todos os campos devem estar devidamente preenchidos, inclusive quando não houver anormalidade, mas registrando que foi questionado ou examinado, ainda que estando normal.
4. O médico assistente deverá preencher o local do atendimento, a data e a numeração do atendimento conforme ordem de atendimento do dia.
5. As fichas clínicas individuais deverão ser digitalizadas (em formato pdf), organizadas em pastas, por unidade judiciária, de acordo com a data e numeração do atendimento diário e arquivadas em *pendrive*. Este arquivo, deverá ser enviado mensalmente, até o dia 10 (dez) do mês subsequente, em envelope lacrado aos cuidados da médica da Seção do SESMT/Divisão de Projetos de Ações em Saúde/Diretoria de Saúde, Dra. Graciela de Oliveira Richter Schmidt, CRM/SC 10391.

6. Na ficha clínica individual, as doenças crônicas devem estar escritas com o nome *per se*, seguida do CID 10 entre parênteses.

7. As queixas referidas, quando não passível de assistência no momento, devem ser seguidas de orientação.

8. O exame físico deverá seguir as boas práticas médicas. A pressão arterial deverá ser medida após repouso de 15 (quinze minutos), com esfigmomanômetro devidamente calibrado e com selo do INMETRO.

9. O paciente deverá ser examinado e a ficha clínica devidamente preenchida, informando as anormalidades e as partes examinadas que se encontram normais.

## ANEXO V

### ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL

ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL				
Dados do Trabalhador:				
Nome:			Matrícula:	
Cargo:			Idade:	
Função:				
Tipo de ASO				
<input type="checkbox"/> Admissional	<input type="checkbox"/> Periódico	<input type="checkbox"/> Retorno ao trabalho	<input type="checkbox"/> Mudança de função	<input type="checkbox"/> Demissional
RISCOS OCUPACIONAIS:				
<input type="checkbox"/> Físicos:				
<input type="checkbox"/> Químicos:				
<input type="checkbox"/> Biológicos:				
<input type="checkbox"/> Acidentes:				
<input type="checkbox"/> Ergonômicos:				
Procedimentos Médicos e exames complementares:				
Conclusão				
<input type="checkbox"/> Apto			<input type="checkbox"/> Inapto	
Assinatura e carimbo do médico com CRM			Local e data	
Recebi a 1ª via em ____/____/____			Assinatura do Servidor	



--	--	--

## **ANEXO VI**

### **RELATÓRIO DO EXAME MÉDICO OCUPACIONAL (DOC. 0090378)**

O Relatório do Exame Médico Ocupacional deverá ser preenchido com auxílio do questionário pré-consulta, anamnese e exame físico realizados pelo médico.

Seu preenchimento será seguindo o modelo do documento abaixo, com o nome “Relatório do Exame Médico Ocupacional”.

Ao concluir o Exame Médico Ocupacional, este relatório deverá ser enviado de acordo com os prazos contratuais, em planilha excel, para o endereço eletrônico: ds.sesmt@tjsc.jus.br.

### **INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO DO RELATÓRIO DO EXAME MÉDICO OCUPACIONAL**

- 1.Data: dia de realização do exame;
- 2.Campo Ordem: no dia e local de atendimento, qual a ordem que o paciente foi atendido. Este número será usado para ordenar os prontuários escaneados;
- 3.CRM do médico assistente: informando Estado de registro e número;
- 4.Comarca: nome da comarca;
- 5.Nome: nome do servidor completo e sem abreviaturas;
- 6.Matrícula: número de matrícula;
- 7.Idade: apenas o número de anos;
- 8.Sexo: apenas “F” para feminino ou “M” para masculino;
- 9.Função atual: Preencher com a função atual que executa na prática (não com o cargo que foi admitido). Deverá ser preenchida seguindo abreviatura no final deste texto. Caso a função não se enquadre na listagem, escrever por extenso;
10. Tratamento médico: Se está em tratamento médico para doença crônica, usando “s” para sim e “n” para não;
11. Medicação de uso continuado para doença crônica: Se está em uso continuado de medicação para doença crônica, usando “s” para sim e “n” para não;
12. Posto de trabalho confortável: apenas usando “s” para sim e “n” para não;

13. Doença que associa ao trabalho: apenas usando “s” para sim e “n” para não;
14. EPI: apenas usando “s” para sim e “n” para não;
15. Doença Cardíaca: apenas usando “s” para sim e “n” para não;
16. Hipertensão Arterial Sistêmica: apenas usando “s” para sim e “n” para não;
17. Dislipidemia: apenas usando “s” para sim e “n” para não;
18. DM: apenas usando “s” para sim e “n” para não;
19. Doença Psiquiátrica: apenas usando “s” para sim e “n” para não;
20. Ansiedade: apenas usando “n” para não, “s” para sim quando no momento apresenta a doença e “a” de anterior, quando já apresentou a doença, mas não mais apresenta;
21. Depressão: apenas usando “s” para sim e “n” para não;
22. Pessoa com Deficiência: apenas usando “s” para sim e “n” para não;
23. Doenças Ortopédicas (dores na coluna, articulações ou músculos): apenas usando “s” para sim e “n” para não;
24. Doenças Ortopédicas especificamente -dores de pescoço, ombro, braços ou mãos: apenas usando “s” para sim e “n” para não;
25. Doenças Ortopédicas especificamente- dor lombar baixa e quadris: apenas usando “s” para sim e “n” para não;
26. Acompanhamento médico: apenas usando “s” para sim e “n” para não;
27. Exames preventivos no último ano: apenas usando “s” para sim e “n” para não;
28. HF de alcoolismo: usando “s” para sim e “n” para não;
29. HF de suicídio: usando “s” para sim e “n” para não;
30. Alimentação saudável: apenas usando “n” para não, “s” para sim e nos casos de assinalado “um pouco/às vezes”, deverá ser preenchido com um traço “ – ”;
31. Excesso de peso: apenas usando “n” para não, “s” para sim e nos casos de assinalado “um pouco/às vezes”, deverá ser preenchido com um traço “ – ”;
32. Dorme bem: apenas usando “n” para não, “s” para sim e nos casos de assinalado “um pouco/às vezes”, deverá ser preenchido com um traço “ – ”;
33. Vínculos de amizade apenas usando “n” para não, “s” para sim e nos casos de assinalado “um pouco/às vezes”, deverá ser preenchido com um traço “ – ”;
34. Sentimento de solidão: apenas usando “n” para não, “s” para sim e nos casos de assinalado “um pouco/às vezes”, deverá ser preenchido com um traço “ – ”;
35. Tranquilidade familiar: apenas usando “n” para não, “s” para sim e nos casos de assinalado “um pouco/às vezes”, deverá ser preenchido com um traço “ – ”;
36. Excesso de estresse: apenas usando “n” para não, “s” para sim e nos casos de assinalado “um pouco/às vezes”, deverá ser preenchido com um traço “ – ”;
37. Satisfação com o trabalho: apenas usando “n” para não, “s” para sim e nos casos de assinalado “um pouco/às vezes”, deverá ser preenchido com um traço “ – ”;

38. Alcoolismo: apenas usando “n” para não, “s” para sim e nos casos de assinalado “um pouco/às vezes”, deverá ser preenchido com um traço “ – ”;
39. Tabagismo: apenas usando o número de cigarros diários. Caso não fume, colocar o número zero;
40. Atividade física: apenas usando “n” para não, “s” para sim e nos casos de assinalado “um pouco/às vezes”, deverá ser preenchido com um traço “ – ”;
41. Risco laboral: descrever se há risco com demanda segundo a NR e se esta demanda foi preenchida;
42. Pressão arterial sistólica: em mmHg;
43. Pressão arterial diastólica: em mmHg;
44. Peso: apenas o número em quilogramas;
45. Altura: apenas o número em metros;
46. IMC: índice de massa corporal com uma casa decimal apenas, calculado pela fórmula índice de massa corporal é igual ao peso dividido pelo quadrado da altura;
47. Limitação para ginástica laboral: usando “s” para sim há limitação e “n” para não há limitação;
48. Prioridade para avaliação ergonômica: usando “s” para sim há prioridade na avaliação ergonômica devido problemas de saúde presentes no momento e “n” para não há prioridade;
49. Doença atual psiquiátrica: escrever o CID 10 das doenças psiquiátricas, havendo mais de uma doença, separar por vírgula;
50. Doença atual ortopédica: escrever o CID 10 das doenças ortopédicas, havendo mais de uma doença, separar por vírgula;
51. Outras doenças em atividade atualmente: escrever o CID 10 das doenças que está apresentando que não sejam psiquiátricas ou ortopédicas. Havendo mais de uma doença, separar por vírgula;
52. Orientações: escrever orientações dadas, exemplo: orientações ergonômicas, imunizar para hepatite B, controle de pressão, retornar ao clínico assistente, etc. Preencher com “ – ” se não houver;
53. Demandas: escrever demandas encaminhadas ao SESMT do Poder Judiciário, como: avaliação ergonômica com muita urgência (mais urgente que prioritário), necessita conferir imunização, etc. Preencher com “ – ” se não houver; e
54. Observações: Outras observações que gostaria de ressaltar. Preencher com “ – ” se não houver.

## **LISTA DE ABREVIATURA PARA CARGOS E FUNÇÕES DO PJSC**

**ASSISTENTE SOCIAL – AS;**

AGENTE DE APOIO ADMINISTRATIVO – AG;  
ANALISTA (JURÍDICO OU ADMINISTRATIVO) – ANAL;  
ASSESSOR (JURÍDICO OU ADMINISTRATIVO) – ASS;  
AUXILIAR ADMINISTRATIVO – AUX;  
AUXILIAR ODONTOLÓGICO – AO;  
BIBLIOTECÁRIO – BIBL;  
CHEFE DE CARTÓRIO – CART;  
COMISSÁRIO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE – COM;  
CONTADOR – CONT;  
COORDENADOR DE NÚCLEO/OUVIDORIA – COORD;  
DENTISTA – DENT;  
DIRETOR – DIR;  
ENFERMEIRO – ENF;  
FARMACÊUTICO - FARM;  
MAG – MAGISTRADO;  
MÉDICO – MED;  
MOTORISTA – MOTO;  
OFICIAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE – OIJ;  
OFICIAL DE GABINETE – OFG;  
OFICIAL DE JUSTIÇA/OFICIAL DE JUSTIÇA E AVALIADOR – OJA;  
PSICÓLOGO – PSI;  
REVISOR – REV;  
SECRETÁRIO – SEC;  
TÉCNICO EM ENFERMAGEM – TE;  
TÉCNICO JUDICIÁRIO AUXILIAR – TJA; e  
TÉCNICO DE SUPORTE EM INFORMÁTICA – TSI.

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPARI**

29217-080 - RUA ALENCAR MORAES DE REZENDE, 100 - JARDIM BOA VISTA - GUARAPARI - ES

**Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e**

Número RPS:

Número Nota Fiscal:

**202000000000459**

Data Emissão:

**03/02/2020**

Chave:

**XYUP-UOCQ****SANTOS & FREITAS ENGENHARIA LTDA ME****, 280 SALA 304 - CENTRO - GUARAPARI - ES - 29200430****CNPJ/CPF: 23.374.436/0001-46**

Inscr. Estadual/RG:

Email: tecluci@hotmail.com

Telefone:

Inscrição Municipal: 281474

**Local do Serviço: 511 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NO MUNICÍPIO - ISS MENSAL SEM RETENÇÃO NA FONTE**

Natureza Operação: Prestação de Serviços

Competência: 02/2020

Atividade: 7490199 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente

**Dados do Tomador do Serviço****TRIBUNAL JUSTICA SANTA CATARINA**

Rua Dr. Álvaro Millen da Silveira, 208, Centro, Florianópolis/SC - Centro

Florianópolis - SC - CEP: 88020-90

CNPJ/CPF: 83.845.701/0001-59

Inscrição Estadual:

Inscrição Municipal:

E-mail: ds.sesmt@tjsc.jus.br

End. Cobrança: Rua Dr. Álvaro Millen da Silveira, 208, Centro, Florianópolis/SC

Qtd	Un	Discriminação dos Serviços	Valor Unitário	Valor Total
1	UN	ELABORAÇÃO DE LTCAT REGIÃO I	355,00	355,00
21	UN	ELABORAÇÃO PPRA REGIÃO II	300,00	6.300,00
21	UN	ELABORAÇÃO DE PCMSO REGIÃO II	250,00	5.250,00
1	UN	ELABORAÇÃO LTCAT REGIÃO III	300,00	300,00
12	UN	ELABORAÇÃO PPRA REGIÃO III	355,00	4.260,00
12	UN	ELABORAÇÃO DE PCMSO REGIÃO III	250,00	3.000,00
1	UN	ELABORAÇÃO LTCAT REGIÃO IV	220,00	220,00
17	UN	ELABORAÇÃO PPRA REGIÃO IV	150,00	2.550,00
17	UN	ELABORAÇÃO PCMSO REGIÃO IV	210,00	3.570,00
1	UN	ELABORAÇÃO LTCAT REGIÃO VII	200,00	200,00
7	UN	ELABORAÇÃO PPRA REGIÃO VII	300,00	2.100,00
7	UN	ELABORAÇÃO PCMSO REGIÃO VII	250,00	1.750,00

DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL

Observação:	Total dos Serviços		29.855,00
	Total de Deduções		0,00
	ISS SEM RETENÇÃO	3,32%	991,19
Total da Nota		29.855,00	
		RETENÇÕES	
		ISS	0,00
		IRRF	0,00
		PIS	0,00
		COFINS	0,00
		CSLL	0,00
		INSS	0,00
		OUTROS	0,00
		Total Líquido	
		29.855,00	

A validação dessa nota pode ser realizada no endereço: <http://servicos-pmg.guarapari.es.gov.br:9999/tbw/nfe.jsp>

Recortar Aqui

Data Emissão	RECEBI DA EMPRESA SANTOS & FREITAS ENGENHARIA LTDA ME OS SERVIÇOS CONSTANTES DESTA NOTA FISCAL ELETRÔNICA		
Número da NF			
Chave			
03/02/2020			
202000000000459			
XYUP-UOCQ			
	Local / Data	Assinatura	

**CONTRATO Nº 122/2020**

Processo nº 35014.296925/2020-23

**TERMO DE CONTRATO  
(SERVIÇO DE ENGENHARIA)**

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA Nº 122/2020, QUE FAZEM ENTRESI O INSS E A EMPRESA SANTOS & FREITAENGENHARIA LTDA, CNPJ nº 23.374.436/0001-46.**

O **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS**, Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Economia, criado na forma da autorização legislativa contida no art. 17 da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e reestruturado conforme determinação contida no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 8.422, de 13 de maio de 1992, alterado pelo Decreto nº 9.746, de 8 de abril de 2019, por intermédio da Superintendência Regional Sudeste I, com sede no Viaduto Santa Ifigênia, nº 266 – 5º andar, Centro, na cidade de São Paulo/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 29.979.036/1160-17, neste ato representado pelo Superintendente Regional I, Sr. José Carlos Oliveira, nomeado pela Portaria nº 139/INSS/MPS/GM, de 11.08.2016, publicada no DOU nº 155 de 12.08.2016, inscrito no CPF nº 074.195.818-00, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **SANTOS & FREITAS ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **23.374.436/0001-46**, sediada na Avenida Davino Mattos, 280, sala 304, Centro, Guarapari / ES, CEP 29200-430, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. Luciano Marcos dos Santos, portador da Carteira de Identidade RG nº M7771183 SSP/MG e CPF: 032.469.196-31, tendo em vista o que consta no Processo nº 35014.296925/2020-23, e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, bem como da

Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão nº 82/2020**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

## **1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

**1.1.** O objeto do presente instrumento é a contratação de serviço comum de engenharia, que será prestado nas condições estabelecidas no Termo de Referência e demais documentos técnicos que se encontram anexos ao Edital.

**1.2.** Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão e seus anexos, identificado no preâmbulo acima, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

**2.1.** O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital (**300 dias**), com início na data de **28/12/2020** e encerramento em **23/10/2021**.

**2.1.1.** A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU nº 39, de 13/12/2011.

**2.2.** A execução dos serviços será iniciada **a partir da emissão de Ordem de Serviço (OS) por parte da Contratante**, cujas etapas observarão o cronograma fixado no Termo de Referência.

**2.2.1.** O prazo de execução deste contrato é de 300 (trezentos) dias, contados a partir do marco supra referido.

**2.3.** A prorrogação dos prazos de execução e vigência do contrato será precedida da correspondente adequação do cronograma físico-financeiro, bem como de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo.

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO.**

**3.1.** O valor total da contratação é de **R\$ 23.469,00** (vinte e três mil, quatrocentos e sessenta e nove reais).

**3.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**4.1.** As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2020., na classificação abaixo:

Nota de Empenho: 2020NE804292

Gestão/Unidade: 57202/510178

Fonte: 0250570202

Programa de Trabalho Resumido: 174301

Elemento de Despesa: 339039

PI: EVENT

**4.2.** No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

#### **5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

**5.1.** O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017.

#### **6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO.**

**6.1.** As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajuste em sentido estrito e/ou repactuação) são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**7.1.** Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.



## **8. CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

8.1. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

## **9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO.**

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

11.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA – SEGUNDA – RESCISÃO**

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES**

13.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

13.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

13.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DAS ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN SEGES/MP nº 05, de 2017.

14.2. O contrato será realizado por execução indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário.

14.3. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência poderá ser reduzida para a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato em casos excepcionais e justificados, desde que os custos unitários dos aditivos contratuais não excedam os custos unitários do sistema de referência utilizado na forma do Decreto nº 7.983/2013, assegurada a manutenção da vantagem da proposta vencedora ante a da segunda colocada na licitação.

14.4. O serviço adicionado ao contrato ou que sofra alteração em seu quantitativo ou preço deverá apresentar preço unitário inferior ao preço de referência da administração pública divulgado por ocasião da licitação, mantida a proporcionalidade entre o preço global contratado e o preço de referência, ressalvada a exceção prevista no subitem anterior e respeitados os limites do previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS**

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

#### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO**

17.1. É eleito o Foro da Justiça Federal de São Paulo para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido e achado conforme, o presente Termo de Contrato é assinado eletronicamente pelas partes e pelas testemunhas abaixo nomeadas.

São Paulo, 28 de dezembro de 2020.

**Representante legal do CONTRATANTE**

Sr. José Carlos Oliveira

**Representante legal da CONTRATADA**

Sr. Luciano Marcos dos Santos

**TESTEMUNHAS:**

André Rocha Marinho  
CPF 338.227.348-96

Monica Cristina Quibáo  
CPF 154.073.548-61



## **À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA – TRE-BA**

**Ref.: Comprovação de Exequibilidade do Pregão Eletrônico 35/2022**

SANTOS & FREITAS ENGENHARIA LTDA ME, CNPJ 23.374.436/0001-46, com sede à Avenida Davino Mattos, 280, sala 301, Centro, Guarapari/ES, CEP 29200-430, doravante denominada LICITANTE, através do seu representante legal, Sr. LUCIANO MARCOS DOS SANTOS, CPF 032.469.196-31, RG M7771183, vem, através desta, apresentar a esta douta Comissão de Licitação,

### **COMPROVAÇÃO DE EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA**


ofertada a esta Administração Pública quanto a Emissão do Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT (em arquivo eletrônico).

#### **I – DA EXEQUIBILIDADE FINANCEIRA DA PROPOSTA DE PREÇOS**


Com base no art. 48, inciso II, § 1º, alíneas ‘a’ e ‘b’, da Lei nº 8.666/93 e Acórdão nº 1.470/2005 do Tribunal de Contas, a licitante SANTOS & FREITAS ENGENHARIA LTDA ME apresenta a sua comprovação de EXEQUIBILIDADE DE PROPOSTA DE PREÇOS.


A partir da definição do entendimento do objeto editalício pela licitante, são traçados os custos de modo a se atingir o valor disputado na etapa de lances, em que a LICITANTE conscientemente apresentou o menor preço para os

**SANTOS & FREITAS ENGENHARIA LTDA ME**  
**CNPJ 23.374.436/0001-46**

 AV. Davino Mattos, 280, sala 301, Centro, Guarapari/ES, CEP: 29.200-430

 (27) 3361-5499  (27) 99275-0172

 [contato@lfengenharia.net.br](mailto:contato@lfengenharia.net.br)

 [www.lfengenharia.net.br](http://www.lfengenharia.net.br)



Lotes 2, 3 e 4 no montante de R\$ 20.077,68 (vinte mil, setenta e sete reais e sessenta e oito centavos).

A proposta de preços da LICITANTE é resultado de um amplo estudo preliminar e contempla todos os insumos necessários para a execução dos serviços demandados pela Administração e indicados no instrumento convocatório.

Atuante no mercado desde 2015, a SANTOS & FREITAS consolidou-se como uma empresa idônea, detentora de atestados de capacidade técnica de órgãos da esfera municipal, estadual e federal que comprovam a sua excelente qualificação para a execução dos serviços.

## **II – DO PREÇO**

Visando dirimir quaisquer dúvidas que eventualmente possam existir, a proponente SANTOS & FREITAS apresenta, simultaneamente a esta, sua Planilha Aberta de Custos (anexo) para demonstrar a viabilidade e exequibilidade de sua proposta à Administração.


A planilha anexa foi cotada em função da mão-de-obra a ser utilizada, da infraestrutura, dos insumos necessários e da bonificação das despesas indiretas.

## **III – DA COMPOSIÇÃO DE PREÇOS**


Para a precificação do valor ofertado na Proposta de Preços, foram levados em consideração os seguintes fatores:


- a) O sócio administrador da SANTOS & FREITAS acumula a função de Engenheiro de Segurança do Trabalho, desta forma, parte do valor despendido para o pagamento de mão-de-obra será revertido para a própria empresa, vez que o seu atual proprietário será o responsável técnico pelo serviço.

**SANTOS & FREITAS ENGENHARIA LTDA ME**  
**CNPJ 23.374.436/0001-46**

 AV. Davino Mattos, 280, sala 301, Centro, Guarapari/ES, CEP: 29.200-430

 (27) 3361-5499  (27) 99275-0172

 [contato@lfengenharia.net.br](mailto:contato@lfengenharia.net.br)


 [www.lfengenharia.net.br](http://www.lfengenharia.net.br)




No mesmo sentido, o profissional Técnico em Segurança do Trabalho já está inserido no quadro de funcionários da empresa, não sendo necessário, portanto, dispor de valores além do previsto nos gastos mensais para pagamento de salários.


- b) As atividades do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA são reconhecidamente administrativas, envolvendo trabalho em ambientes de escritórios. Por experiência, a SANTOS & FREITAS afirma inexistir agentes químicos nestes locais, dispensando, portanto, contratação de análises laboratoriais.
- c) Se por ventura, forem identificados agentes físicos nas dependências do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, a SANTOS & FREITAS possui equipamentos próprios e adequados para a mensuração destes, não sendo necessário locá-los, como acontece com grande parte das empresas do ramo, o que onera, expressivamente, os serviços prestados.
- d) O ônus com transporte e hospedagem é feito com base na média do mercado, levando-se em conta os gastos obtidos em contratos semelhantes executados na região onde se encontra a contratante, assim sendo, a SANTOS & FREITAS detém conhecimento dos custos necessários para logística do futuro contrato.
- e) Os gastos com materiais (folhas, impressão, encadernação) estão inseridos nas despesas rotineiras da empresa, que possui sede própria equipada para tal e fornecedor local.
- f) Por fim, a SANTOS & FREITAS comprova através de contratos em anexo que já executou e ainda executa objetos semelhantes ao do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA com valores equiparados. Podemos citar, por exemplo, os serviços prestados ao PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA - TJSC (anexo) e ao INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS (anexo).

**SANTOS & FREITAS ENGENHARIA LTDA ME**  
**CNPJ 23.374.436/0001-46**

 AV. Davino Mattos, 280, sala 301, Centro, Guarapari/ES, CEP: 29.200-430

 (27) 3361-5499  (27) 99275-0172

 [contato@lfengenharia.net.br](mailto:contato@lfengenharia.net.br)

 [www.lfengenharia.net.br](http://www.lfengenharia.net.br)



Para ambos os clientes foram visitadas mais de 50 (cinquenta) unidades com valores aproximados ao da proposta ofertada a este órgão, desconsiderando, obviamente, os valores adicionais para outros objetos inclusos nos contratos aos quais não se aplicam ao TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA.

#### **IV - DAS FINANÇAS**

De acordo com os balanços patrimoniais da LICITANTE (anexo), demonstra-se a sua boa saúde financeira, o que a capacita a gerir o contrato em vislumbre, visto que possui Capital Social superior a 10% (dez por cento) do valor de sua proposta.

#### **VI – DAS ALEGAÇÕES FINAIS**

Trata-se de um processo de aquisição de um ente público, da qual a SANTOS & FREITAS ENGENHARIA LTDA ME veio prestigiar e contribuir, ofertando seu melhor preço e sua solução.

Consoante às evidências apresentadas, não resta dúvidas de que a empresa é detentora de equipamentos e equipe técnica própria capaz de reduzir os custos despendidos no contrato, tendo, inclusive, executado objetos de características semelhantes sem objeções.

Pelo exposto, a SANTOS & FREITAS ENGENHARIA LTDA ME requer, perante a esta douta Comissão de Licitação, a sua aprovação e homologação na licitação em epígrafe, pelas razões de fato e de direito ora expostas, tendo em vista que a empresa reúne meios técnicos e financeiros para suportar o ônus do contrato sem comprometer a sua execução.


Guarapari / ES, 02 de agosto de 2022.

LUCIANO MARCOS  
DOS  
SANTOS:03246919631


Assinado de forma digital por  
LUCIANO MARCOS DOS  
SANTOS:03246919631  
Dados: 2022.08.02 09:44:28  
-03'00'


Luciano Marcos dos Santos

**SANTOS & FREITAS ENGENHARIA LTDA ME**  
**CNPJ 23.374.436/0001-46**

 AV. Davino Mattos, 280, sala 301, Centro, Guarapari/ES, CEP: 29.200-430

 (27) 3361-5499  (27) 99275-0172

 contato@lfengenharia.net.br

 www.lfengenharia.net.br





## TERMO DE AUTENTICAÇÃO - LIVRO DIGITAL

Declaro exatos os Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Digital com características abaixo, conferido e autenticado por Davi Albino Damacena Junior, sob a autenticidade nº 12204814223 em 18/04/2022, protocolo 220563888. Para validação de Autenticação dos Termos, deverá ser acessado o Portal de Serviços / verificação de documentos do Empreendedor (<http://www.simplifica.es.gov.br>) e informar o código de verificação.

Identificação de Empresa	
Nome Empresarial:	SANTOS & FREITAS ENGENHARIA LTDA ME
Número de Registro:	32201831186
CNPJ:	23374436000146
Município:	Guarapari

Identificação de Livro Digital	
Tipo de Livro:	DIÁRIO
Número de Ordem:	7
Período de Escrituração:	01/01/2021 - 31/12/2021

Assinante(s)	Nome	CRC/OAB
03246919631	LUCIANO MARCOS DOS SANTOS	
88158195768	AUGUSTO CEZAR SIMÕES	ES005496



CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 18/04/2022 11:01 SOB Nº 20220563888.  
PROTOCOLO: 220563888 DE 12/04/2022. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
12204814223. NIRE: 32201831186.  
SANTOS & FREITAS ENGENHARIA LTDA ME

DAVI ALBINO DAMACENA JUNIOR  
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO  
VITÓRIA, 18/04/2022  
[simplifica.es.gov.br](http://simplifica.es.gov.br)

SANTOS & FREITAS ENGENHARIA LTDA ME

CNPJ: 23.374.436/0001-46

Endereço: AV AVENIDA DAVINOS MATTOS

Município: GUARAPARI

Inscrição Estadual: ISENT0

Número: 280

Complemento: SALA 304

UF: ES

CEP: 29200430

NIRE: 32201831186

Inscrição Municipal: 281474

Bairro: CENTRO

Data Registro: 28/09/2015

## BALANÇO PATRIMONIAL

Livro Nº 7

Referência: 31/DEZ/2021 - CONSOLIDADO

Folha: 78

Conta Contábil	Cod. R.	Nome da Conta	2021	2020
1.0.00.00.00.000000	10000	A T I V O	435.989,15	284.607,10
1.1.00.00.00.000000	181995	ATIVO CIRCULANTE	417.606,08	266.066,80
1.1.01.00.00.000000	11002	DISPONIVEL	291.606,08	191.066,80
1.1.01.01.00.000000	11003	CAIXA GERAL	33.649,99	45.146,17
1.1.01.05.00.000000	11014	BANCOS C/MOVIMENTO	23,95	0,00
1.1.01.15.00.000000	182158	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	257.932,14	145.920,63
1.1.10.00.00.000000	13000	CREDITOS DIVERSOS	126.000,00	75.000,00
1.1.10.01.00.000000	13001	DEVEDORES DIVERSOS	126.000,00	75.000,00
1.2.00.00.00.000000	16000	ATIVO NAO CIRCULANTE	18.383,07	18.540,30
1.2.04.00.00.000000	17300	IMOBILIZADO	18.383,07	18.540,30
1.2.04.02.00.000000	17400	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	18.431,00	18.431,00
1.2.04.03.00.000000	17450	MOVEIS E UTENSILIOS	518,90	518,90
1.2.04.08.00.000000	17700	DEPRECIACOES ACUMULADAS	-566,83	-409,60
TOTAL A T I V O			435.989,15	284.607,10

SANTOS &amp; FREITAS ENGENHARIA LTDA ME

NIRE: 32201831186

CNPJ: 23.374.436/0001-46

Inscrição Estadual: ISENT0

Inscrição Municipal: 281474

Endereço: AV AVENIDA DAVINOS MATTOS

Número: 280

Complemento: SALA 304

Bairro: CENTRO

Município: GUARAPARI

UF: ES

CEP: 29200430

Data Registro: 28/09/2015

**BALANÇO PATRIMONIAL**

Livro Nº 7

Referência: 31/DEZ/2021 - CONSOLIDADO

Folha: 79

Conta Contábil	Cod. R.	Nome da Conta	2021	2020
2.0.00.00.00.000000	20000	PASSIVO	-435.989,15	-284.607,10
2.1.00.00.00.000000	20001	PASSIVO CIRCULANTE	-216.061,04	-161.381,84
2.1.01.00.00.000000	282834	FORNECEDORES	-9.023,00	-13.952,70
2.1.01.05.00.000000	20004	FORNECEDORES DIVERSOS	-9.023,00	-13.952,70
2.1.01.05.01.000000	280114	FORNECEDORES	-9.023,00	-13.952,70
2.1.05.00.00.000000	20050	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	-184.985,77	-132.014,18
2.1.05.01.00.000000	281686	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	-60.196,98	0,00
2.1.05.50.00.000000	20100	BANCOS C/GARANTIDA	-124.788,79	-132.014,18
2.1.10.00.00.000000	20150	OBRIGACOES SOCIAIS	-940,19	-981,54
2.1.15.00.00.000000	20200	OBRIGACOES FISCAIS	-13.284,63	-6.666,28
2.1.20.00.00.000000	20250	OBRIGACOES DIVERSAS	-765,41	-1.365,06
2.1.20.01.00.000000	281687	OBRIGACOES DIVERSAS	0,00	0,00
2.1.20.50.00.000000	20270	SALARIOS A PAGAR	-765,41	-1.365,06
2.1.25.00.00.000000	20300	PROVISÕES DIVERSAS	-7.062,04	-6.402,08
2.1.25.02.00.000000	20320	PROVISÕES TRABALHISTAS	-7.062,04	-6.402,08
2.3.00.00.00.000000	282114	PATRIMONIO LIQUIDO	-219.928,11	-123.225,26
2.3.01.00.00.000000	23001	CAPITAL SOCIAL REALIZADO	-100.000,00	-100.000,00
2.3.05.00.00.000000	282160	RESULTADO EXERCICIO	-119.928,11	-23.225,26
<b>TOTAL PASSIVO</b>			<b>-435.989,15</b>	<b>-284.607,10</b>

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial, cujo Ativo e Passivo estão uniformes na mesma importância de: Exercício: 2020 R\$284.607,10(Duzentos e Oitenta e Quatro Mil, Seiscentos e Sete Reais e Dez Centavos) Exercício: 2021 R\$435.989,15(Quatrocentos e Trinta e Cinco Mil, Novecentos e Oitenta e Nove Reais e Quinze Centavos) Ressalvando que a responsabilidade do profissional contabilista, fica restrita apenas ao aspecto meramente técnico desde que reconhecidamente operou com elementos e comprovantes fornecidos pelo(s) sócio(s) administrador(es) da empresa que se responsabiliza(m) pela sua exatidão e veracidade, bem como pelos estoques considerados levantados pela referida administração e sob sua total e exclusiva responsabilidade.

GUARAPARI-ES, 31 Dezembro de 2021

SANTOS &amp; FREITAS ENGENHARIA LTDA ME

Contador(a): AUGUSTO CEZAR SIMOES

CPF: 881.581.957-68

CRC/ES: 5496

SANTOS &amp; FREITAS ENGENHARIA LTDA ME

LUCIANO MARCOS DOS SANTOS

CPF: 032.469.196-31

SOCIO ADMINISTRADOR

SANTOS &amp; FREITAS ENGENHARIA LTDA ME

ELIS REGINA DE FREITAS SANTOS

CPF: 073.017.896-02

SOCIO

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**

Referência: 01/JAN/2021 até 31/DEZ/2021

Livro nº 7

Folha: 80

	2021	2020
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>560.753,85</b>	<b>369.626,66</b>
<b>VENDAS DE SERVIÇOS</b>	<b>560.753,85</b>	<b>369.626,66</b>
Serviços Prestados	560.753,85	369.626,66
<b>(-) DEDUÇÕES DE VENDAS</b>	<b>(51.206,81)</b>	<b>(33.500,02)</b>
<b>IMPOSTOS S/ VENDAS</b>	<b>(51.206,81)</b>	<b>(33.500,02)</b>
Simples Federal	(51.206,81)	(33.500,02)
<b>(=) RECEITA LIQUIDA OPERACIONAL</b>	<b>509.547,04</b>	<b>336.126,64</b>
<b>CUSTO DE VENDAS</b>	<b>(0,00)</b>	<b>(0,00)</b>
<b>(=) LUCRO BRUTO OPERACIONAL</b>	<b>509.547,04</b>	<b>336.126,64</b>
<b>DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>(407.794,19)</b>	<b>(282.356,54)</b>
Despesas Administrativas	(388.268,39)	(275.949,94)
Despesas Financeiras	(19.527,49)	(7.438,72)
Outras Despesas Operacionais	(0,00)	(132,57)
Receitas Financeiras	1,69	1.164,69
<b>(=) RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>101.752,85</b>	<b>53.770,10</b>
<b>(=) RESULTADO ANTES DAS PROVISÕES</b>	<b>101.752,85</b>	<b>53.770,10</b>
<b>(=) RESULTADO DEPOIS DAS PROVISÕES</b>	<b>101.752,85</b>	<b>53.770,10</b>
<b>RESULTADO DO PERÍODO</b>	<b>101.752,85</b>	<b>53.770,10</b>

**Responsáveis**

GUARAPARI-ES, 31 de Dezembro de 2021

SANTOS &amp; FREITAS ENGENHARIA LTDA ME

Contador(a): AUGUSTO CEZAR SIMOES

CPF: 881.581.957-68

CRC/ES: 5496

SANTOS &amp; FREITAS ENGENHARIA LTDA ME

LUCIANO MARCOS DOS SANTOS

CPF: 032.469.196-31

SOCIO ADMINISTRADOR

SANTOS &amp; FREITAS ENGENHARIA LTDA ME

ELIS REGINA DE FREITAS SANTOS

CPF: 073.017.896-02

SOCIO

Empresa: **SANTOS & FREITAS ENGENHARIA LTDA ME**

NIRE: 32201831186

CNPJ: **23.374.436/0001-46**

Inscrição Estadual: **ISENTO**

Inscrição Municipal: **281474**

Endereço: **AVENIDA DAVINOS MATTOS**

Número: **280**

Complemento: **SALA 304**

Bairro: **CENTRO**

Município: **GUARAPARI**

UF: **ES**

CEP: **29200430**

Data Registro: **28/09/2015**

## DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Referência: 01/JAN/2021 até 31/DEZ/2021

Livro nº 7

Folha: 81

ATIVIDADES OPERACIONAIS	101.910,08
Lucro /Prezuiço Líquido	101.752,85
( + ) Depreciação	157,23
( = ) Lucro Ajustado	101.910,08
Aumento/Redução em Parcelamento	(7.225,39)
Aumento/Redução em Recebimentos de Clientes	(51.000,00)
Aumento em Fornecedores	(4.929,70)
Aumento/Redução em Salários a Pagar	(599,65)
Aumento/Redução em Obrig. Fiscais e Sociais	6.577,00
Aumento/redução Obrig. Diversas	659,96
 ( = ) CAIXA LÍQUIDO CONS. NAS ATIV. OPERACIONAIS	 45.392,30
 ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	 (55.146,98)
Empréstimo de Curto Prazo	60.196,98
Lucros e Dividendo a pagar	(5.050,00)
 ( = ) CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIV. DE FINANC.	 (55.146,98)
 AUMENTO LÍQUIDO NAS DISPONIBILIDADES	 100.539,28
Saldo de Caixa + Equiv de Caixa de Períodos Anter.	191.066,80
Saldo de Caixa + Equiv de Caixa de Períodos Base	291.606,08

**Responsáveis**

GUARAPARI-ES, 31 de Dezembro de 2021

SANTOS & FREITAS ENGENHARIA LTDA ME

Contador(a): AUGUSTO CEZAR SIMOES

CPF: 881.581.957-68

CRC/ES: 5496

SANTOS & FREITAS ENGENHARIA LTDA ME

LUCIANO MARCOS DOS SANTOS

CPF: 032.469.196-31

SOCIO ADMINISTRADOR

SANTOS & FREITAS ENGENHARIA LTDA ME

ELIS REGINA DE FREITAS SANTOS

CPF: 073.017.896-02

SOCIO

SANTOS & FREITAS ENGENHARIA LTDA ME												
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido												
Folha: 82												
Movimentações	Capital Social				Lucros Distribuídos						Lucros Acumula- dos	Total
		Prejuízo no Exercício	Correção Monetária Capital	Ajustes Ex.Anteriores		Reserva Legal	Reserva P/ Con-tingências	Lucro no Exercício	Reserva de Lucros a Realizar	Reserva Estatutária		
Saldo Inicial em 01.01.2021	100.000,00							101.752,85			23.225,26	123.225,26
Saldo Credor					(5.050,00)							101.752,85
Saldo Devedor												-5.050,00
Saldo Final em 31.12.2021	100.000,00				(5.050,00)			101.752,85			23.225,26	219.928,11

GUARAPARI-ES, 31 de dezembro de 2021

Livro Contábil número: 07

SANTOS & FREITAS ENGENHARIA LTDA ME

Contador(a): AUGUSTO CEZAR SIMOES

CPF: 881.581.957-68

CRC/ES: 5496

SANTOS & FREITAS ENGENHARIA LTDA ME

LUCIANO MARCOS DOS SANTOS

CPF: 032.469.196-31

SOCIO ADMINISTRADOR

SANTOS & FREITAS ENGENHARIA LTDA ME

ELIS REGINA DE FREITAS SANTOS

CPF: 073.017.896-02

SOCIO

**DEMONSTRATIVO DE CÁLCULO DOS ÍNDICES FINANCEIROS DA EMPRESA**  
**SANTOS & FREITAS ENGENHARIA LTDA ME**  
**EXERCÍCIO 2021**

Folha 91

1 ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE (ILC)

$$\text{ILC} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

$$\text{ILC} = \frac{417.606,08}{216.061,04} \qquad \text{ILC} = \underline{\underline{1,9328}}$$

2 ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL (ILG)

$$\text{ILG} = \frac{\text{A.CIRCULANTE} + \text{A. NÃO CIRCULANTE (REALIZÁVEL A LONGO PRAZO)}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$\text{ILG} = \frac{435.989,15}{216.061,04} \qquad \text{ILG} = \frac{435.989,15}{216.061,04} \qquad \text{ILG} = \underline{\underline{2,0179}}$$

3 ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL (ISG)

$$\text{ISG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$\text{ISG} = \frac{417.606,08}{216.061,04} \qquad \text{IET} = \underline{\underline{1,9328}}$$

4 ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO

$$\text{IE} = \frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}{\text{ATIVO TOTAL}}$$

$$\frac{216.061,04}{435.989,15} \qquad \text{IE} = \underline{\underline{0,4956}}$$

Guarapari, ES, 31 de Dezembro de 2021.

\_\_\_\_\_  
 LUCIANO MARCOS DOS SANTOS  
 CPF: 032.469.196-31  
 Sócio administrador

\_\_\_\_\_  
 AUGUSTO CEZAR SIMÕES  
 CPF: 881.581.957-68  
 CRC: 5496/ES  
 Contador